

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

FERNANDA DA SILVA OLIVEIRA

**GÊNERO E TRABALHO NO TOCANTINS: MULHERES
EXERCENDO PROFISSÕES “CONSIDERADAS” MASCULINAS**

**MIRACEMA DO TOCANTINS
2017**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

FERNANDA DA SILVA OLIVEIRA

**GÊNERO E TRABALHO NO TOCANTINS: MULHERES
EXERCENDO PROFISSÕES “CONSIDERADAS” MASCULINAS**

Monografia apresentada à UFT- Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, como requisito final para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Profª Msc. Débora de Paula Bolzan.

**MIRACEMA DO TOCANTINS
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- O48g Oliveira, Fernanda da Silva.
 Gênero e Trabalho no Tocantins: Mulheres Exercendo Profissões
 "Consideradas" Masculinas. . / Fernanda da Silva Oliveira. –
 Miracema, TO, 2017.
 102 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
 Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2017.
 Orientador: Débora de Paula Bolzan
1. Gênero. 2. Divisão Sexual do Trabalho. 3. Feminismo. 4.
 Trabalho. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

FERNANDA DA SILVA OLIVEIRA

GÊNERO E TRABALHO NO TOCANTINS: MULHERES
EXERCENDO PROFISSÕES "CONSIDERADAS" MASCULINAS

Monografia apresentada à UFT- Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, como requisito final para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Profª Msc Débora de Paula Bolzan.

Data de Apresentação: 14/03/2017
Banca Examinadora:

Profª. Orientadora:
Mestre Débora de Paula Bolzan *Debora*
Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Profª Avaliadora:
Doutora Bruna Andrade Irineu *Bruna Andrade Irineu*
Universidade Federal do Tocantins.

Avaliadora ESP- Wesleya Silva Dias *Wesleya Silva Dias*
Graduada em Serviço Social e Pós Graduação em Gestão Pública e Sociedade.

Miracema do Tocantins - TO, aos 14 dias do mês de março de 2017.

Rufantos
Professor (a)
Coordenador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os sujeitos envolvidos direta e indiretamente com esse objetivo, de poderem reclamar das minhas incessantes ausências, nos relacionamentos familiares, no grupo de amigos, no meio social em si. Mas sabem que eu estava e continuarei lutando por um ideal, e poderem contar comigo assim que precisarem.

Agradeço minha família, que mesmo vendo os esforços de horas de estudo, me apoiaram e entenderam meu “desaparecimento”, dentro e fora de casa. Agradeço mais ainda a minha querida, bela e compreensiva mãe, Lêda, que sempre me dava incentivo, proporcionando tempo e espaço para que eu pudesse focar nesse projeto, Mãe, me espelho em você diante de tantas dificuldades, somos uma só em nossos objetivos, pois somos hoje o ser que busca e o ser que aprecia, esse momento é nosso porque comigo a senhora caminhou, do meu lado, vendo o que se passava, você é meu tudo.

A alguns amigos, que sempre perguntavam pela realização deste trabalho, em especial Lana Santos e Leilane Albuquerque, que desejam meu sucesso sempre, “Amigas” agradeço a presença e a preocupação em pronunciarem que no final tudo é alegria, e que eu iria conseguir.

A Família Cardoso Lima, muitas passagens poderia dizer, mas diante das condicionalidades, somente, meu muito obrigada, vocês contribuíram bastante nessa etapa da minha vida. Agradecendo assim a cada membro nas colaborações existentes.

Aos meus colegas de faculdade, aos quais hoje estamos chegando juntos ao fim das nossas primeiras etapas de conquistas profissionais, a vocês que no início eram apenas colegas de aula, onde ninguém se conhecia, onde tudo era novo, e hoje estamos felizes de compartilhar desde as aflições de se iniciar um curso, e viver o que construímos juntos no final desses anos. Juntos somos mais fortes meus queridos.

Gostaria de lamentar as desistências, transferências e trancamentos de alguns colegas que se empenharam tanto em continuar conosco, mas que por motivos importantes, essenciais e sem alternativas, não puderam nos acompanhar até o fim. Porém, nossos vínculos não irão se acabar, porque continuaremos sendo

a IX turma do curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins, mesmo nossos colegas terem tomado rumos diferentes.

Quero agradecer a minha primeira orientadora, Dra. Bruna Irineu, pela disponibilidade de me acolher bem antes da distribuição de TCC, de ser uma inspiração pra mim diante do tema escolhido. Obrigado pelas objetividades ao falar, de ser paciente, quando eu me sentia retraída em lhe mandar mensagens sem saber se incomodaria, momentos estes de dúvidas ao qual você esclarecia com tanta tranquilidade.

E gratamente destaco a acolhida admitida pela atual orientadora, Msc. Débora de Paula Bolzan, por ter continuado os devidos trabalhos comigo ao qual lhe foram atribuídos e a paciência sempre presente.

A alguns professores que me identifiquei perante a atuação deles como docentes, como pessoas de opiniões centradas, que mesmo possuindo pouco contato, aproveitando para conhecer somente em algumas disciplinas, eu me identifiquei: Dr. André Luiz, Dra. Graziela Scheffer, Msc. Monique Soares, Msc. Renata Gomes, Dra. Maria Helena Cariaga e Prof^o Dr. Pedro Albeirice da Rocha.

À minha supervisora de campo Janaina da Costa Mendes, pela disponibilidade em me acolher, possibilitando a oportunidade de realizar o estágio em solo Miranortense, essencial às minhas condições de sobrevivência e manutenção na academia.

A todos que lutam por um objetivo de vida, respaldando no tema deste trabalho, diminuindo a distância nas relações sociais, ocasionado pelas discriminações de gênero. Buscando a igualdade de direitos entre homens e mulheres cada vez melhor, e a busca pela inserção cada vez mais significativa em diversas áreas.

No princípio eu era Eva
Nascida para a felicidade de Adão
E meu paraíso tornou-se trevas
Porque ousei libertação!

Mais tarde fui Maria
Meu pecado remiria
Dando à luz Aquele
Que traria a salvação!
Mas isso não bastaria
Para eu encontrar perdão!

Passei a ser Amélia
“A mulher de verdade”
Para a sociedade!
Não tinha a menor vaidade
Mas sonhava com igualdade!

Muito tempo depois decidi:
“Não dá mais”!
Quero minha dignidade,
Tenho meus ideais!

Mas o preconceito atroz
Meus 129 nomes queimou
Então o mundo acordou
Diante da chama lilás!

Hoje não sou só esposa ou filha;
Sou pai, mãe, arrimo de família;
Sou ourives, taxista, piloto de avião,
Policial feminina, operária em construção!

Ao mundo peço licença
Para atuar onde quiser!
Meu sobrenome é Competência
O meu nome é Mulher!

[Fátima Pérola Negra]
MEU NOME É MULHER!

Não se nasce mulher, Torna-se.

Simone de Beauvoir

OLIVEIRA, Fernanda da Silva. **Gênero e Trabalho no Tocantins: Mulheres exercendo profissões “consideradas” masculinas.** 2017. 102 f. Monografia. (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2017.

RESUMO

Este trabalho analisou a concepção das mulheres sobre as construções de gênero no mercado de trabalho e suas condições por muitas vezes inferiorizadas. Tal pesquisa teve como interlocutoras mulheres residentes em Miranorte, Miracema e Palmas -TO, que exercem profissões “consideradas” masculinas, enfatizando suas percepções, experiências e desafios no mundo do trabalho. Buscou-se entender como essas mulheres compreendem sua condição feminina no mundo do trabalho e como enfrentam as diferenças e hierarquias socialmente construídas sobre gênero. Na pesquisa bibliográfica, buscou-se analisar a categoria gênero e o caminho histórico, social e econômico das mulheres na sociedade capitalista, problematizando a falta de igualdade nas relações entre homens e mulheres e a trajetória delas na sociedade. Foram entrevistadas cinco profissionais, selecionadas aleatoriamente e a coleta se materializou com entrevistas semiestruturadas, mediante roteiro de perguntas elaborado antecipadamente, abrindo espaço para novos questionamentos. Constatou-se que as mulheres têm alcançado cada vez mais notoriedade e espaço no mundo do trabalho como sujeitos de direitos, no entanto, os resultados da pesquisa demonstram que as desigualdades entre os gêneros persistem no mercado de trabalho tocantinense. Houve relatos de algumas manifestações de machismo e de assédio nos ambientes de trabalho, porém, as profissionais não buscaram os mecanismos jurídicos para o combate destas práticas. As entrevistadas mantêm a articulação trabalho/família, conciliando o trabalho com a dupla jornada, sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. A pesquisa destaca que a busca por igualdade de direitos, de salários e tratamentos sociais sem discriminações e sem subalternidade deve permanecer viva e atuante.

Palavras-Chave: Gênero; Divisão sexual do trabalho; Feminismo; Trabalho.

OLIVEIRA, Fernanda da Silva. **Gender and Labor in Tocantins: Women engaged in "considered" male jobs. 2017.** 102 f. Monograph. (Graduation in Social Service)- Federal University of Tocantins, Miracema do Tocantins, 2017.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the conception of women on the construction of gender in the job market and their conditions often inferiorized. This research had as interlocutors the women residing in Miranorte, Miracema and Palmas -TO, who perform "considered" male professions, emphasizing their perceptions, experiences and challenges in the world of work. It was sought to understand how these women understand their feminine condition in the world of work and how they face socially constructed differences and hierarchies about gender. In the bibliographical research, we sought to analyze the category of gender and the historical, social and economic path of women in capitalist society, problematizing the lack of equality in the relations between men and women and their trajectory in society. Five professionals were interviewed, randomly selected and the data collection materialized with semi-structured interviews, through a questionnaire prepared in advance, opening space for new questions. It was found that women have increasingly achieved notoriety and space in the world of work as subjects of rights, however, the results of the research show that the gender inequalities persist in the labor market of Tocantins. There were reports of some manifestations of chauvinism and harassment in work environments, however, professionals did not seek for legal mechanisms to combat these practices. The interviewees maintain the work / family articulation, reconciling the work with the double journey, being the main responsible for the domestic work. The research highlights that the search for equal rights, wages and social treatments without discrimination and without subalternity must remain alive and active.

Keywords: Gender; Sexual division of labor; Feminism; Work.

LISTA DE SIGLAS

CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CEDAW	Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CIPD	Convenção Internacional sobre População e Desenvolvimento
ODMs	Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
CONTAG	Confederação de Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única de Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EUA	Estados Unidos da América
FETAG	Federação de Trabalhadores na Agricultura
FENEPOSPETRO	Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados do Petróleo
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
STTRs	Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA A	PERFIL DAS ENTREVISTADAS
QUADRO A	O MOVIMENTO DAS FEMINISTAS NA ATUALIDADE

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	AS LUTAS PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA.....	22
2.1	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A MULHER NA SOCIEDADE.....	22
2.2	GÊNERO, PATRIARCADO E O MUNDO DO TRABALHO.....	31
2.3	MOVIMENTOS FEMINISTAS AO LONGO DA HISTÓRIA.....	37
2.3.1	Movimentos Feministas: lutas e conquistas ao longo da história.....	38
3	GÊNERO E TRABALHO: CONSTRUÇÕES SOCIAIS.....	49
3.1	A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO.....	49
4	GÊNERO, DIVERSIDADE E MERCADO DE TRABALHO.....	59
4.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	59
4.2	PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO, EXPERIÊNCIAS, DESAFIOS E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM MIRANORTE, MIRACEMA E PALMAS DO TOCANTINS.....	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
	REFERÊNCIAS.....	90
	APÊNDICES.....	98

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social se configurou como uma profissão que registra altos índices de predominância feminina. Na década de 70, o Serviço Social configurou-se como a segunda profissão com maior concentração de mulheres no país. Nesse sentido, nos Censos demográficos de 1980, 1991 e 2000 assumiu como a profissão de nível superior mais feminina do Brasil (SIMÕES, 2012).

Em nível nacional, os dados da PNAD¹ apontam que 96,8% de profissionais de Serviço Social eram mulheres em 1988. Mais de duas décadas depois, os dados de 2012 apontam que as mulheres representaram 84,4% da categoria em todo o Brasil e em 2006, a profissão mantém a alta taxa de feminização em nível nacional, com 95,3% de mulheres (BOLZAN, 2015). Os dados nos incitam a analisar a permanência e perpetuação feminina em determinadas áreas “consideradas”² femininas, como enfermagem e pedagogia.

É importante analisar que a presença feminina no curso de Serviço Social tornou mais visível às funções e características socialmente construídas como femininas, transmitindo para a profissão a ideia do cuidado, do amor e da ajuda aos necessitados como características “naturalizadas” das mulheres, fazendo referência à fragilidade, facilidade de apaziguamento diante de conflitos, e que seriam mais aptas a manter a ordem social.

Assim, perpetuou-se a aceitação sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, “posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 172 *apud* CRAVEIRO, MACHADO, 2011, p. 3).

Desde suas origens no Brasil, com o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), criado em 1932, o Serviço Social foi direcionado às mulheres,

¹ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD, embora seja um levantamento estatístico e não uma base administrativa, engloba também vínculos informais além de uma vasta gama de informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, tendo como unidade de coleta os domicílios. É uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e inclui todas as regiões do Brasil.

² O termo “*Consideradas*” foi utilizado devido às mudanças profissionais, aonde se considera profissões mais importantes e menos importantes, bem como profissões que deixaram de ser ocupadas só por homens, e agora abrange um quantitativo significativo de mulheres atuando nessas áreas masculinas.

com o curso social para moças, com a finalidade de promover o bem estar da sociedade e disseminar o catolicismo. Essas moças eram formadas segundo a doutrina social da igreja, e as ações interventivas elaboradas por elas seriam baseadas nessa doutrina (IAMAMOTO, CARVALHO, 1995). Dessa forma, compreender o Serviço Social enquanto profissão no Brasil requer uma reconstrução da história das mulheres ao longo do século XIX, XX e XXI, contribuindo, assim, para um resgate histórico na contemporaneidade da condição feminina na sociedade capitalista.

A presença feminina no Serviço Social é uma marca histórica. Nesse sentido, a interlocução entre Serviço Social e gênero levanta questões recorrentes, principalmente porque se trata de uma profissão moldada pela divisão sexual do trabalho (BOLZAN, 2014). Não obstante, assistentes sociais são atingidas pelo processo de precarização das relações e condições de trabalho que atingem toda a classe trabalhadora. Portanto, o Serviço Social não pode se abster dessa discussão, que envolve a constituição da própria profissão no mundo do trabalho e seu Projeto Ético Político, que prima pela busca da equidade, da justiça social, da não discriminação, inclusive entre gêneros.

O termo “consideradas”, fazendo referência a profissões “consideradas” socialmente apropriadas para homens e mulheres, foi utilizado entre aspas durante todo o trabalho para destacar as construções sociais do significado histórico, econômico, cultural e social sobre ocupações no mundo do trabalho. Essas construções sociais se materializam em “guetos” ocupacionais, direcionando as mulheres para espaços e ocupações menos privilegiadas, relacionadas ao cuidado e a esfera doméstica, como o trabalho de babá, cuidadora de idosos, secretária, doméstica, e até em ocupações de nível superior, como o trabalho de enfermeira, pedagoga e assistente social.

Algumas profissões são “consideradas” mais masculinizadas e adequadas somente para homens, devido a construção social abrangente sobre as divisões de trabalho, considerados divisores de papéis sociais. Dessa forma, exercer profissões/ocupações “consideradas” masculinas foge ao padrão de profissões consideradas adequadas para mulheres, colocando a importância deste debate na contemporaneidade.

É de suma importância analisar as relações sociais que vivenciam homens e mulheres, abarcando o contexto de opressão, discriminação e violência.

No mundo do trabalho, a construção social sobre a mulher, determina um processo de ocupação de postos de trabalho e de formação para profissões que possuem *status* secundário, são as atividades que se considera de menor relevância para o processo produtivo. Portanto, percebe-se claramente que no processo formativo, as profissões feminizadas estão atreladas aos cursos de menor valor social, são aqueles de natureza pedagógica e de licenciaturas, ou de cuidados, como o Serviço Social, a Enfermagem, a Pedagogia entre outros.

No mundo do trabalho, as funções domésticas são ocupadas por mulheres, no entanto, é interessante perceber que algumas profissões de caráter doméstico, quando possuem um viés econômico mais promissor são ocupadas por homens, como é o caso da alta costura, dos chefs de grandes restaurantes, salões de beleza. Nesse sentido, quando atividades “consideradas” femininas ganham um caráter especializado, como as alfaiatarias, a alta costura, os restaurantes renomados e salões de cabelo de artistas, em geral, os homens marcam destacada presença.

Assim, a mulher acaba por ser direcionada a certas atividades e profissões, limitando-as, devido a cultura estabelecida, como já destacamos. Visto desta forma se percebe um preconceito ou apenas excentricidade contra este profissional, pois tais habilidades e ocupações citadas sempre foram atribuídas às mulheres. Essas diferenças ocupacionais entre determinadas profissões nos remetem as construções sociais que caracterizaram determinados trabalhos como masculino e feminino.

Alguns seguimentos na academia buscam articular ensinamentos históricos a fim de estimular a desconstrução de preconceitos, discriminações e violência contra as mulheres. Diante disto, a discussão sobre gênero e trabalho e o estudo em particular, sobre mulheres profissionais, compreende a minha trajetória pessoal, que se atrelou a vida acadêmica em consonância com estudos que me incitaram a desvendar a condição das mulheres na contemporaneidade.

Indaguei-me com perguntas que ousou questionar: Por que as diferenças entre homens e mulheres persistem ainda na atualidade? Quais motivos justificam as agressões sofridas por elas? Por que a mulher ainda ganha menos que os homens? A busca de reflexões e de respostas para além do senso comum é que

sustenta e justifica este trabalho. Com a realização do estudo³ que abordou a “Violência Doméstica e Intrafamiliar contra as mulheres”, realizado para a disciplina de Pesquisa em Serviço Social II, ocorreu a identificação com os estudos sobre gênero.

A participação também em disciplinas abriram espaço para continuar neste caminho, pois a discussão sobre a feminilidade, a relação homem/mulher, as relações de poder que submetiam um gênero ao outro, contribuíram para compreender e aguçar cada vez mais a análise sobre os estudos de gênero e trabalho. A disciplina optativa, Mulher e Literatura, ofertada na UFT, contribuiu precisamente na permanência dessa temática, pois foi possível através de leituras em livros, filmes, discussões e artigos, viabilizar a inter-relação da mulher dentro da sociedade em várias épocas.

Ademais, na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, existe o núcleo de estudos, pesquisa e extensão em sexualidade, corporalidades e direitos, com as seguintes características:

Composto por docentes e discentes da Universidade Federal do Tocantins, que tem como objetivo, através de ações de pesquisa e extensão, o aprofundamento acerca da dinâmica da violência com base nas hierarquias sexuais e de gênero, promovendo a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos numa perspectiva laica e democrática (NOVOS PROJETOS..., 2013).

As relações entre homens e mulheres no âmbito do trabalho social aborda a divisão sexual do trabalho de forma intensa, caracterizando o espaço doméstico e reprodutivo como feminino e as áreas produtivas como masculinas e de maior valor.

A divisão sexual do trabalho ao distribuir atividades de acordo com o sexo, expressa sinais de hierarquia e opressão de um sexo sobre o outro, pois as funções ditas masculinas aparecem como superiores às femininas, já que as funções femininas carregam a atribuição da inferioridade e complementariedade às masculinas. Assim, a divisão sexual do trabalho entendida como fator histórico, está estruturada a partir do princípio do trabalho masculino ser superior ao feminino o que reforça a hierarquia nas relações de poder baseadas no sexo (NASCIMENTO, 2016, p. 341)a.

³ Pesquisa realizada em Miranorte do Tocantins no ano de 2015, como projeto de pesquisa III, tendo como tema: violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, utilizando como sujeitos 4 entrevistados, englobando vítimas e o agente jurídico responsável pela unidade local. Objetivando compreender assim a importância da atuação da delegacia geral nos casos de violências contra a população feminina, quando não se possui uma delegacia especializada de atendimento à mulher (DEAM) na cidade.

Essas divisões separam e naturalizam o trabalho executado por homens e mulheres como sendo específicos de cada sexo. Esta divisão se configura dentro das relações de poder, nas quais o homem em geral, exerce atividades mais valorizadas e melhor remuneradas, mantendo uma posição social de destaque frente às atividades desempenhadas por mulheres. Essa divisão aparece permanente na sociedade (HIRATA, KERGOAT, 2007).

O conceito de gênero que nos referencia afirma que: “o gênero seria a construção social do sexo, e o sexo seria o que é determinado biologicamente” (CISNE, 2012, p. 79). Identificando desta forma que gênero se molda através do que a sociedade constrói sobre as diferenças nas relações de sexo, diferenciando e hierarquizando características masculinas e femininas.

A discussão de gênero tem como referência autoras renomadas tais como: Cisne (2012); Saffioti (1987, 2004); Scott (1989) e etc. Ressaltando a condição feminina no mercado de trabalho, procurou-se responder as inquietações que surgiram na escolha da temática, considerando questões que possam compreender o cotidiano de mulheres que exercem profissões “consideradas” masculinas, tais como: que estratégias utilizam para enfrentar as diferenças no ambiente de trabalho? Como lidam com as construções sociais que ditam comportamentos e profissões adequadas para cada gênero? Quais os desafios que o mundo do trabalho lhes impõe? Como se estabelecem e administram as relações hierárquicas no trabalho?

Procurando responder a essas indagações, traçou-se como objetivo geral: verificar a inserção das mulheres em profissões e ocupações “consideradas” masculinas em Miranorte, Miracema e Palmas do Tocantins. Como objetivo específico buscou-se identificar as motivações profissionais das mulheres inseridas nessas profissões, bem como analisar como as mulheres inseridas em profissões masculinas percebem sua atuação no mercado de trabalho além de conhecer como elas compreendem as implicações de gênero no mundo do trabalho.

O conteúdo elaborado aborda as percepções dessas mulheres, abarcando suas experiências no ambiente de trabalho, e como conciliam o mesmo com a vida privada. Tal abordagem buscou analisar a realidade no mercado de trabalho dessas profissionais, o relacionamento profissional com colegas masculinos, as facilidades, as dificuldades e os desafios em ser mulher exercendo

determinada profissão, se enfrentam discriminações e em caso positivo, como isso é enfrentado.

A pesquisa tem ênfase qualitativa, com base em levantamento bibliográfico, pesquisa documental e realização de entrevistas semiestruturadas. Segundo Gil:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas (GIL, 2002, p. 44).

A pesquisa bibliográfica foi utilizada como embasamento teórico para as análises dos dados coletados nas entrevistas e para suporte às demais etapas da pesquisa. Além do mais, fez-se uso de pesquisa documental, pois o referido tipo de pesquisa possibilita a investigação dos processos de mudança social e nesse sentido, “é que as fontes documentais tornam-se importantes para detectar mudanças na população, na estrutura social, nas atitudes e valores sociais”. (GIL, 2014, p.154).

Assim, a pesquisa documental “vale-se dos registros cursivos, que são persistentes e continuados. Exemplos clássicos dessa modalidade de registro são os documentos elaborados por agências governamentais” (*id, ib*, p.147), como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fez-se também uso da entrevista semiestruturada a partir do roteiro pré-elaborado, dividido por blocos categóricos, com mulheres que possuem profissões “consideradas” masculinas. Foram entrevistadas cinco profissionais e a coleta de dados se desenvolveu em locais designados e mais apropriados para ambas as partes. Esta técnica de pesquisa permite a aproximação entre pesquisadora e sujeitos.

Podemos entender por entrevista semi- estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a

participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Além das perguntas pré-programadas nesse tipo de entrevista, o roteiro não se limitou ao que foi estabelecido, permitindo espaços para perguntas e respostas e para o favorecimento da interação face a face. O roteiro foi elaborado de acordo com os objetivos elencados neste trabalho e serviu de embasamento ao que se pretendia coletar nas respostas, seguindo assim com uma linguagem compreensiva e objetiva. Tanto é assim, que Manzini salienta:

Que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante (MAZINI, 2004, p. 2).

Destarte, foram entrevistadas cinco (5) profissionais, que ocupam e exercem atividades “consideradas” masculinas. As entrevistadas residem em Miranorte, Miracema do Tocantins e Palmas. As profissionais estão distribuídas nos seguintes espaços sociocupacionais: uma motorista de caminhão, uma frentista em posto de gasolina, uma dentista, uma gerente de banco e uma escritã de polícia. O quadro a seguir apresenta um resumo do perfil das entrevistadas:

Tabela A - Perfil das entrevistadas

Entrevistadas	Escolaridade	Idade	Raça	Estado civil	Ocupação	Orientação Sexual	Empregos Anteriores
Entrevistada 1	Superior Completo	42	Branca	Casada	Dentista	Heterossexual	Doméstica/ Babá / Vendedora de banana/ auxiliar de escritório
Entrevistada 2	Superior Completo	28	Parda	Casada	Gerente de Banco	Heterossexual	Vendedora/ Balconista
Entrevistada 3	Ensino Médio Completo	45	Branca	Solteira	Motorista de Caminhão	Homossexual	Começou como motorista mesmo
Entrevistada 4	Ensino Médio Completo	31	Parda	Viúva	Frentista	Heterossexual	Vendedora de Roupas/ Garçonete
Entrevistada 5	Superior Completo	35	Branca	Casada	Escrivã	Heterossexual	Recepcionista

Fonte: Entrevistas Realizadas. Elaboração da Pesquisadora.

As profissionais foram selecionadas considerando suas atividades laborais e a oportunidade por conhecer suas ocupações se deu por disponibilidade das mesmas. Seguindo os procedimentos éticos da pesquisa, as profissionais estão identificadas pelos nomes de suas próprias profissões, assim escolhido para melhor compreensão perante as análises, resguardando suas identidades. As participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, onde autorizavam a coleta de dados com gravação (celular), que consta ao final deste trabalho, nos anexos.

Assim, elas foram entrevistadas de acordo com a disponibilidade ocupacional, e foram indagadas, dentre outras questões, sobre as exigências dos empregadores para o exercício da profissão desempenhada, como tempo, agilidade, eficiência, rapidez e presença no ambiente de trabalho. Portanto as análises feitas partiram dos dados fornecidos por elas, e foram analisadas em consonância com a bibliografia referente aos estudos de gênero e o trabalho feminino.

A pesquisa utilizou autores que se dedicam aos estudos da temática do trabalho, bem como da divisão sexual do trabalho, e dos estudos de gênero, dentre os quais já mencionados acima, podemos citar também: Ricardo Antunes (2003), Adriana Piscitelli (2001), Helena Hirata, Danièle Kergoat (2007) entre outros, referenciados na bibliografia.

A constante presença das mulheres nos trabalhos ocupados pelos homens nos remete a analisar algumas falas das entrevistadas, onde se percebe as construções culturais que naturalizam algumas ocupações como próprias para homens e outras para mulheres, sendo que aquelas de caráter feminino possuem menor valoração pecuniária, no que tange a remuneração da atividade, como Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia e Biblioteconomia. Tais profissões revelam que as desigualdades entre os gêneros persistem no mercado de trabalho e posicionam a mulher em uma situação desigual, construída a partir da divisão sexual do trabalho.

Assim, o trabalho esta organizado em três capítulos, sendo o primeiro: “As Lutas pela Emancipação Feminina: as representações sociais sobre a mulher na sociedade”, abordou-se brevemente a condição da mulher na história, mencionando algumas figuras femininas importantes que obtiveram êxito em seu processo pela independência social. No primeiro tópico: “Gênero, patriarcado e o mercado de trabalho”, pode-se compreender a definição destes dois conceitos relativos no mundo do trabalho, compreendendo que as relações do sistema vigente patriarcal

sujeita as mulheres a uma inferiorização social, cultural e política mediante desenvolvimento machista, enraizada pela cultura estabelecida, conflitando as desigualdades entre os gêneros. No tópico seguinte: “Os movimentos feministas ao longo da história” se sintetiza o processo histórico dos movimentos feministas, principalmente o brasileiro.

No capítulo Seguinte: “Gênero e Trabalho: Construções Sociais” intitula em seu tópico: “A participação feminina no mercado de trabalho” se analisou a concepção de trabalho enquanto essencial a sobrevivência do ser, abarcando que o trabalho feminino está em desigualdade com o trabalho masculino, imbuída pelas construções sociais de que um vale mais que o outro, sendo esta divisão evidente nas discriminações de gênero. Trazendo assim uma conceituação de gênero, patriarcado, e divisão sexual do trabalho.

No último capítulo: “Gênero, diversidade e mercado de trabalho” foram analisadas as entrevistas realizadas com as profissionais com base no arcabouço teórico apresentados nos capítulos I e II, diante dos objetivos. Por fim, apresentam-se as considerações finais, no intuito de integrar os diversos aspectos discutidos. Pretende-se que a pesquisa aqui proposta seja instigadora, capaz de propor diversos questionamentos sobre as desigualdades de gênero (re)produzidas no mundo do trabalho.

2 AS LUTAS PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA

Neste primeiro capítulo abordaremos as discussões sobre as condições femininas e sua representação diante da sociedade, a luta constante contra o preconceito e o patriarcado, esses que são determinantes por meio da cultura e da ideologia, a perpetuação da opressão e da exploração da mulher na sociedade capitalista.

No tópico a seguir, discutem-se as condições da mulher diante do sistema patriarcal, as relações sociais e as limitações impostas nas relações domésticas e profissionais no século XIX. No segundo tópico, discute-se o conceito de gênero e patriarcado e as determinações sócio históricas, permitindo, portanto, a compreensão das diferenças socialmente construídas. Tais ponderações nos permitem considerar que o sistema produtor e reprodutor da vida social através do modo de produção material, impõe modelos sociais em que se afirmam a dominação e o machismo, impondo a mulher uma condição de subalternidade.

No tópico terceiro aborda-se a emancipação política das mulheres, o caminho traçado pelas feministas para conquista de direitos, como o direito ao voto, aos estudos e as conquistas femininas no mercado de trabalho, como escolha pela profissão, maiores direitos alcançados, e maior proteção por meio de políticas sociais diante das discriminações.

2.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A MULHER NA SOCIEDADE

“Para que serve a história das mulheres? (...) para fazê-las existir, viver e ser.
Esta é, afinal, uma das funções potenciais da História”

(Mary Del Priore, historiadora brasileira)

É muito desafiador buscar entender os processos que envolvem a história das mulheres, historicamente dotadas de pouca liberdade social e relegadas ao campo privado. As mulheres conquistaram espaço no mundo do trabalho, na ciência e na política ao longo dos anos, através de lutas, de tal modo que vem superando as submissões impostas pelo sistema patriarcal, e conquistando, lentamente, igualdades de direitos.

Os trabalhos valorizados relacionados ao comando e produção pertenceram, historicamente, aos homens. Essas características deveriam ser do chefe da casa, que rigorosamente alienava os comandos pessoais sobre a mulher e sobre a família, através da cultura vigente. Assim, ser mulher no século XIX era complexo, como ainda continua sendo, todavia os níveis de submissão que a divisão de papéis realizava eram mais aviltantes. Incumbia exclusivamente às mulheres zelar pelos deveres domésticos, e a hierarquia social era rigorosamente estabelecida pelo poder masculino em seus diversos aspectos: economia, política, cultura, ciência, etc. Às mulheres cabiam à obediência aos pais, que tinham o direito legal ao casamento e suas filhas como instrumento de negociações e acordos vinculados ao contexto econômico e de poder.

Em relação aos costumes, as mulheres do Brasil Colônia, por exemplo, eram vigiadas constantemente, para que não tivessem relações sexuais com um homem sem seguirem-se os padrões de “boas condutas”, através da vigilância por alguém pertencente à família ou criados, devendo assim, guardar sua virgindade e ter relações sexuais somente após o casamento.

Esse era o estereótipo, o bom modelo, o comportamento que se esperava no despertar da sexualidade feminina. Das leis do estado e da igreja, com frequência bastante duras, a vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas (PRIORE, 2009, p. 45).

Neste período a influência da igreja era constante e abarcava saberes e superioridades sempre masculinas em todas as decisões. E a sexualidade feminina era algo que deveria ser omitida, cabendo à mulher o papel de reprodutora e cuidadora do lar, filhos e marido. Mas por detrás desse conservadorismo todo, há um viés econômico, como a obtenção de dotes. Conservando-se a mulher virgem, conseguiam-se casamentos ricos, através de uma troca entre dotes e mulheres, mantendo o poder e a riqueza entre as famílias através do uso da mulher como moeda.

Revedo a história bíblica acerca do início da humanidade, percebe-se que, entre tantas discussões sobre o comportamento feminino, a mulher – neste caso, Eva passou a possuir a imagem de causadora da criação do pecado, levando consigo o homem, Adão quando come a fruta proibida, mesmo diante da proibição

imposta. Recaiu sobre a mulher a culpa pelo pecado, influenciando o homem ao erro, sendo a mulher frágil por ter caído no engano da serpente, tornando-se assim mulheres com confiança restrita (PRIORE, 2009).

A igreja católica contribuiu historicamente com essa ideologia patriarcal de dominação e controle sobre o gênero feminino ao configurar o modelo de uma boa mulher: As moldadas como moças boazinhas caridosas e assistencialistas sob o modelo de Maria, mãe de Jesus. Tal modelo institui o referencial, a ser seguido com fidelidade pelas cristãs de uma mulher santa, assexuada, de mãe exemplar abnegada, com espírito de sacrifício e pureza (CISNE, 2012 p. 50).

Essa visão sobre a mulher, que apreende sobremaneira a cultura religiosa do povo brasileiro, mostra os conceitos elaborados sobre o feminino, que a inibem e oprimem as mulheres, ditando condutas que deveriam ser seguidas. No entanto, algumas ações contrárias a opressão foram protagonizadas por diversas figuras de mulheres que alcançaram visibilidade, seja por quebrar as “regras” de conduta impostas, seja por desafiar o patriarcalismo da sociedade.

Destacamos abaixo algumas dessas mulheres, que mesmo diante da dominação do homem se “rebelaram” e lutaram contra a dominação e opressão de gênero. Foram mulheres importantes, que deixaram o espaço privado para ocupar o espaço produtivo, político e público. Diante de vários nomes, a seguir se faz referência a figuras femininas que fizeram história⁴ e questionaram a dominação:

1. Celina Guimarães Viana (1890)

- Professora e Primeira eleitora do Brasil;
- Fez um requerimento baseada na lei local (estado do RN) solicitando votação sem distinção de sexo.

2. Dandara (1694)

- Escrava e esposa de Zumbi dos palmares;
- Lutou pela liberdade dos escravos, participava ativamente da elaboração das estratégias de resistência e foi figura central na defesa do quilombo.

⁴ 14 mulheres brasileiras que fizeram história. BuzzFeed, 2016. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/alexandreorrico/nomes-mulheres-brasileiras-que-fizeram-historia?utm_term=.knoBoA5EX#.ww46k7era> Acesso em: 15/10/2016.

3. Tarsila do Amaral⁵ (1986)

- Pintora e desenhista brasileira, se tornou umas das grandes figuras artísticas brasileiras de todos os tempos, ganhando notoriedade internacional pelo talento;
- Possui duas obras de maior importância no mundo das artes: Abaporu (1928) e operários (1933).

4. Leila Roque Diniz (1945)

- Atriz brasileira
- Defensora do amor livre, do prazer e livre expressão de sua vida pessoal, sendo um símbolo da revolução feminina.

5. Maria Quitéria (1792)

- Foi militar brasileira em um contexto no qual mulheres não podiam participar da guerra. Nem da carreira militar;
- Lutou na guerra, sendo a primeira mulher a assentar praça numa unidade militar das Forças Armadas Brasileiras e a primeira mulher a entrar em combate pelo Brasil, em 1823.

6. Maria da Penha Maia Fernandes ⁶(1945)

- Farmacêutica bioquímica;
- Vítima de violência doméstica praticada contra o marido e ganhou notoriedade com a criação da Lei 11.340 de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha.

7. Marta Vieira (1983)

- Atacante e maior artilheira da seleção brasileira;
- Ganhou cinco vezes o título de melhor jogadora do mundo.

⁵ Tarsila do Amaral. Biografia de Tarsila do Amaral, vida e obras da artista, modernismo, arte moderna, influências. Sua Pesquisa.com. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/biografias/tarsila_amaral.htm> Acesso em: 15/10/2016.

⁶ “Maria da Penha Maia Fernandes, a mulher que deu o nome à lei, precisou recorrer à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) para que a Justiça brasileira desse uma decisão definitiva sobre seu caso. Maria da Penha recebeu ajuda de diversas ONGs, como o Direito Internacional (Cejil), o Centro pela Justiça e o Comitê Latino-Americano pela Defesa dos Direitos das Mulheres (Cladem), e enviou o caso à Comissão de Direitos Humanos da OEA, que pela primeira vez na história acatou a denúncia de um crime de violência. Em 2001, o Brasil foi condenado pela Comissão por omissão, tolerância e impunidade nos casos de violência contra as mulheres. Marco Antonio Heredia Viveiros, marido e o agressor de Maria da Penha, foi preso em outubro de 2002, cumpriu dois anos de prisão e hoje está em liberdade. Maria da Penha atua em movimentos sociais contra a violência e impunidade desde a época em que sofreu as tentativas de assassinato. Em 2008 atuava como coordenadora de políticas públicas para as mulheres na prefeitura de Fortaleza e foi coordenadora de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV) (PARADA, 2009, p. 4)

Diante de vários nomes femininos ocultos, esta exemplificação esboça as conquistas das mulheres ao longo dos anos, apesar de suas imagens ficarem ocultadas nos livros de história. Sendo preponderante observar, que mesmo diante de tantas conquistas e ações, alguns machismos continuam frequentes, como no futebol, onde a situação da mulher ainda é tratada como frágil, mesmo verificando uma brilhante trajetória profissional como de Marta Vieira, conhecida como melhor jogadora, o então futebol feminino é cotado como “sem graça” para críticos como Milton Neves, que utilizou esta frase machista depois da eliminação do futebol feminino nas Olimpíadas no Rio deste ano (APRESENTADOR MILTON..., 2016).

Tal percepção amplia a multiplicidade de fatores que tentam desviar as mulheres do espaço social em interação com atividades que sempre foram abstraídas aos costumes femininos, sendo verificado a discriminação e a constante luta para uma melhor aceitação daqueles que oprimem e utilizam desde expressões a atitudes que inferiorizam e desqualificam o trabalho, as habilidades e competências das mulheres.

Silva (2008) questiona o reconhecimento tardio de alguns(as) historiadores(as) sobre o sujeito mulher, questionando sobre a construção de argumentos que destaquem a representatividade feminina. Embora a luta seja datada, só agora estariam dando visibilidades a suas histórias e ações. Pondera, no entanto a autora que essa mudança deva ser consequência do movimento feminista, que questiona o lugar da mulher na história do mundo, do Brasil e luta para dar visibilidade e reconhecimento a tantas mulheres que laboraram pelo fim da escravidão e pela liberdade.

Escrita fundamentalmente por homens, a narrativa histórica se absteve de incorporar às suas preocupações o sujeito feminino. Este silêncio não foi uma prerrogativa da historiografia brasileira ou latino-americana, mas atitude constante inclusive em países como Estados Unidos e França, onde a busca pelos direitos da mulher e o reconhecimento da condição feminina se deu mais cedo do que entre nós (SILVA, 2008, p. 224).

Não é recente a trajetória feminina por reconhecimento, direitos sociais, melhores condições de trabalho e liberdade social. Priore (2009) afirma que o lugar das mulheres na época colonial brasileira, no século XVIII, era ofuscado, elas não deveriam exercer atividades políticas, cabendo apenas o envolvimento com as questões religiosas e domésticas e enquanto trabalhadoras, suas tarefas eram bastante definidas, com uma rígida divisão sexual do trabalho:

Entre os ofícios que se multiplicam pelas **gerais**, por multidões de ferreiros, latoeiros, sapateiros, pedreiros, carpinteiros, ourives, pouco se vislumbra a presença feminina. Apareciam, sim, ocupadas na panificação, tecelagem e alfaiataria, dividindo com os homens essas funções, cabendo-lhes alguma exclusividade quando eram costureiras, doceiras, fiandeiras e rendeiras. Ainda como cozinheiras, lavadeiras ou criadas reproduziam no Brasil os papéis que tradicionalmente lhes eram reservados (PRIORE, 2009, p. 142).

Algumas atribuições eram impostas às mulheres considerando o que seria apropriado ser executado por elas, consolidando, assim, nas divisões sexuais de tarefas ditas femininas e masculinas. “A presença feminina foi sempre destacada no exercício do pequeno comércio em vilas e cidades do Brasil colonial. Desde os primeiros tempos, em lugares como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, estabeleceu-se uma divisão de trabalho assentado em critérios sexuais” (Id. 2009, p. 144).

A divisão sexual do trabalho divide e mantém o ideário de atividades “consideradas” adequadas para o homem ou a mulher, que mesmo nos dias atuais, ainda influencia as escolhas profissionais. Na contemporaneidade “vem ocorrendo transformações e visibilidade nas oportunidades femininas no mercado de trabalho, ainda há conceitos que direcionam as suas funcionalidades somente domésticas, seja de forma produtiva ou não” (NOGUEIRA, 2010, p. 59).

Ao oprimir as mulheres pelo simples fato de serem mulheres, a sociedade ou os sujeitos envolvidos hodiernamente nas culturas relacionadas, fortalecem o patriarcalismo perante as estruturas familiares tradicionais, tornando a masculinidade dominante, mantendo as mulheres fora dos assuntos importantes tanto no mercado de trabalho, quanto na política, prevalecendo o poder do homem.

No século XX, nos anos de 1970, as mulheres ganham espaço com reivindicações de seus direitos, sua participação social se tornou mais acentuada, rompendo com as falácias conservadoras que invisibilizam a mulher na sociedade. Com o decorrer dos anos, a participação feminina no trabalho ganha magnitude e importância, porém, permanece desigual, desvalorizada e hierarquicamente inferior. Ainda nos dias atuais o homem ganha mais e as mulheres ainda permanecem como as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e pelos cuidados com filhos (SAFFIOTI, 1987).

Os estudos feministas mostram a trajetória da mulher na busca por espaço social, diante dos enfrentamentos e lutas pelo fim das desigualdades⁷, principalmente de gêneros, para promoção dos direitos das mulheres buscando aprofundar e valorizar a história feminina e suas conquistas. Os valores atribuídos de forma diferente para cada sexo desvalorizam a condição da mulher na sociedade, sendo que os valores tem peso muito maior para as mulheres e influenciam os comportamentos e até a forma de vestir das mesmas. Porém, a intervenção feminina molda sua imagem a partir das lutas existentes, englobando questionamentos, inconformismo e novas intercessões sociais que rompem com as normas estabelecidas de diferenciação de gênero.

Provavelmente, estamos assistindo ao retorno efetivo da mulher aos papéis econômicos, dos quais durante cinquenta séculos ela teve que abrir mão, pressionada pela tradição masculina. Este reingresso no chamado setor produtivo da economia, em seus níveis hierárquicos mais elevados, tem-lhe custado muito caro, porque tem implicado a revisão de suas capacidades, habilidades, conhecimentos e mesmo aquilo que se convencionou chamar de papel natural a mulher (LEITE, 1994, pag. 23).

Com a inserção gradativamente crescente da mulher no mundo do trabalho, acompanhou-se muitas mobilizações dos movimentos feministas sobre as atividades que as mulheres poderiam desempenhar e seus direitos (maior enfoque a este debate será apresentado no capítulo 2), rompendo com os estereótipos de gênero de que a mesma poderia exercer poucas funções fora do âmbito doméstico.

O movimento feminista foi essencial para questionar e contribuir com a transformação da realidade do mundo do trabalho para o progresso histórico feminino. Os movimentos feministas buscaram o progresso e independência da mulher, com objetivo de eliminar o patriarcado, a opressão e os preconceitos que limitavam as oportunidades de trabalho fora do ambiente doméstico.

Segundo Nogueira (2010, p. 60):

Na família patriarcal, o homem tende a legislar a vida da mulher e extorquir dela um *quantum* significativo do seu trabalho doméstico. Portanto, o fato de que, nesse último ponto, muitas mulheres aceitem essa situação por uma questão afetiva, nada muda a dura realidade de opressão, mas a torna ainda mais complexa.

⁷ A desigualdade, longe de ser natural é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é com frequência (SAFFIOTI, 2004, p. 1).

A mulher apreende, internaliza e futuramente reproduz que tem limitações e um lugar naturalizado na sociedade, e, portanto, está limitada a determinadas tarefas e profissões. Essas internalizações subjetivas inculcadas no decorrer da aprendizagem social nos remetem a disseminar e reproduzir o tradicionalismo adquirido nas instituições, na religião e na família, passado de pais para filhos, principalmente nas famílias mais conservadoras.

Com base no tradicionalismo, há famílias que difundem o trabalho feminino preferencialmente no lar, e que há tarefas que não precisam ser realizadas por homens. Essa tradição também vem cunhada nos costumes religiosos e a escola possui igualmente a tarefa dessa transmissão, e de certa maneira o próprio mercado realiza tal atividade, basta verificarmos os papéis direcionados pela indústria de brinquedos e entretenimentos.

Cuidar é de certa forma, uma ação identitária feminina que transcende o espaço de trabalho. Somente as mulheres aprendem a cuidar, e são principalmente os cuidados de manutenção da vida que alimentam essa justificativa. Elas constroem, em consequência, um saber-fazer que se esforçam em valorizar, amar e defender (por que não?) ao longo de suas vidas (LOPES, LEAL, 2005, p. 125).

Todavia, mesmo exercendo profissões no mundo do trabalho bastante diversificadas, as tarefas domésticas continuam sendo responsabilidades de mulheres. Por muitos anos elas veem se inserindo no mercado de trabalho em diversas profissões que revelam suas competências, lutando por direitos e pela própria autonomia, desmistificando e enfrentando a divisão sexual do trabalho.

Historicamente as mulheres foram identificadas como objeto, relacionadas a coisificação⁸ de seu corpo, como nas produções midiáticas, em que são objetos de desejos de seus senhores, como na novela “Gabriela”, exibida em 2012 na Rede Globo, reproduzindo a mulher como sempre a disposição de homens, e personagens como o coronel, que fez uso de frases machistas em referência ao corpo da mulher, como “Vou lhe usar”, sendo perceptível as relações sexuais sem consentimento da mulher. Essas reproduções contribuem para naturalizar a

⁸ A reificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres. Ele alia o ato à palavra, a construção à expressão, a percepção à coerção, o mito à realidade. A autora explana o que se vale mais para uma pessoa é o que será mais alienado, explorado, no caso das mulheres, sua sexualidade lhe valerá mais, porém será mais atingida nas relações sociais (MACKINNON, 1982, p. 515-541 *apud* SCOTT, 1988, p. 9).

violência contra a mulher e vê-la socialmente como objeto sexual, desvalorizada e subjugada.

As expressões musicais também reproduzem estereótipos sobre as mulheres e os homens, pois reproduz a coisificação de gênero, raça/etnia, classe social, geracional, orientação sexual entre outros. Exemplos como a música *Loira Burra*, de Gabriel Pensador (1993) e da música *Me Lambe*, dos Raimundos (1999) usam a imagem feminina como descartável e inferior. Na atualidade podemos citar a música *Malandramente*, do DJ Dennis, que usa linguagens pejorativas sobre a mulher, provocando nos jovens linguagens machistas.

Verificamos, além disso, nas propagandas televisivas, onde as mulheres são reduzidas a corpo e beleza, exibidas sexualmente em comerciais de cervejas, roupas, calçados, etc., exibidas como mulheres pouco inteligentes, mas sexualmente muito atrativas. Exemplo disto é a propaganda da Itaipava, onde a mulher “Verão” chama a atenção dos clientes pela roupa que veste, devido ao calor.

De fato, as mulheres são induzidas a padrões de estética dando um sentido de inserção social e criação de ilusão sobre o belo, devido ao padrão determinado de criação de manequins para os olhos da sociedade, provocando o debate sobre a dominação e a opressão que as mulheres sofrem ainda na atualidade.

Muitas vezes, quando cantamos, dançamos ou simplesmente ouvimos algumas músicas e propagandas consideradas engraçadas, não percebemos a forma como homens e mulheres são apresentados neste universo. Mas tanta depreciação não interpreta a mulher, pois por outro lado, na história brasileira tivemos mulheres importantes, que quebraram as regras repressoras e lutaram para desnaturalizar a condição feminina e ocupar um lugar no mundo masculinizado.

Diante disto, podemos ressaltar que as mulheres buscam visibilidade, direitos e liberdade diante das adversidades, hierarquias, desigualdades e no enfrentamento de preconceitos e discriminações. Para dar continuidade as reflexões, analisa-se no próximo tópico a compreensão dos conceitos de gênero, patriarcado e a influência dessas categorias na constituição das relações sociais.

2.2 GÊNERO, PATRIARCADO E O MUNDO DO TRABALHO

“Talvez a primeira diversidade percebida pelos e entre os seres humanos tenha sido aquela entre homens e mulheres, tomando por base as suas diferenças biológicas, ou, mais claramente, entre seus corpos”.

(Rosa Maria Godoy Silveira)

As construções sociais em torno da mulher e os valores atribuídos a elas são construções derivadas da cultura estabelecida. Saffioti (1987, p.10) diz que: “rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas, é através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída”. Denote que, são as construções sociais, produzidas e reproduzidas socialmente, que estabelecem como homens e mulheres devem se comportar, se vestir, se posicionar na sociedade conforme definido em papéis sociais. Louro (1997) define que:

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar. Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (LOURO, 1997, p. 24).

A autora destaca que utilizar o termo papéis⁹ em relação às diferenças entre homens e mulheres em suas atuações na sociedade, os reduz e os simplifica demais perante suas relações. Ou seja, ela aponta que as identidades do sujeito sempre se modificam, não são fixas e muito menos únicas, não é coerente estabelecer uma identidade pronta e acabada a alguém diante dos papéis ditos femininos e masculinos, devido às mudanças e as transformações de cada pessoa dentro da sociedade, pois as identidades são múltiplas, modificáveis, (*id*, 1997).

⁹ A teoria de papéis sociais preocupa-se com os fatores que influenciam o comportamento humano. Nessa perspectiva os indivíduos ocupam posições na sociedade, e o desempenho de seus papéis nessas posições é determinado por normas e regras sociais, assim como pelo desempenho que outros fazem de seus papéis. À maneira do teatro, esta perspectiva assume que o desempenho dos papéis resulta das prescrições sociais e do comportamento dos outros, e que as variações individuais na atuação se expressam dentro do quadro criado por esses fatores. A ideia de posições ocupadas no desempenho dos papéis faz referência à categoria de pessoas, categorias que são reconhecidas coletivamente. Um dos atributos possíveis que pode operar com base para a definição dessas categorias é a idade, estabelecendo as posições a partir das quais crianças e adultos agem no desempenho de seus papéis. Outro desses atributos pode ser o sexo. Neste caso, homens e mulheres desempenham papéis culturalmente construídos em posições que derivam de seu sexo biológico: os papéis sexuais. BIDDLE. Bruce e THOMAS.E : *Role Theory: Concepts and Research*, John Wiley and sons. New York, 1966.(PISCITELLI, 2001, p. 11)

As relações entre homens e mulheres nunca constituíram igualdade, e mesmo na atual conjuntura de lutas pautadas na diversidade, na igualdade, no enfrentamento do conservadorismo, que envolvem discriminações contra as mulheres, contra os negros, contra os homossexuais, dentre outros, é que o termo gênero torna-se mais público e discutido.

Por gênero¹⁰ podemos entender as construções sociais criadas a partir do sexo, compreendidos nas esferas que abarcam distinções biológicas e culturais. De início é importante compreender a utilização dos termos sexo e gênero, pois nos remete a leitura do ensaio de Gayle Rubin (publicação que marcou o pensamento feminista, sobre as causas de opressão feminina)¹¹ aonde a autora dicotomiza esses termos, os diferenciando.

Segundo Rubin, sexo se referiria a fatores biológicos, e gênero a construções estabelecidas pela sociedade sobre o que é feminino ou masculino. Sendo assim que sexo e gênero “é um conjunto de arranjos através dos quais a matéria prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana. Localizando um trânsito entre natureza e cultura” (PISCITELLI, 2001, p. 8).

Assim, o conceito de gênero é, segundo Joan Scott, uma:

Categoria que indica por meio de desinências uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro (...) e as feministas começaram a utilizar a palavra gênero mais seriamente, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos (...). E no seu uso mais recente passou a ser sinônimo de mulheres, onde livros e artigos passaram a substituir o termo mulheres pelo termo de gênero (...) o uso deste termo visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque gênero tem uma conotação mais objetiva e neutra do que mulheres (...) enquanto o termo história da mulheres, revela sua posição política ao afirmar que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o gênero inclui as mulheres sem as nomear, assim gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos (SCOTT, 1989, p. 1- 7).

¹⁰ O conceito gênero foi aplicado à diferença sexual pela primeira vez em linhas de pesquisa desenvolvidas por psicólogos estadunidenses. O termo identidade de gênero foi introduzido pelo psicanalista Robert Stoller em 1963 no congresso psicanalítico de Estocolmo. Stoller formulava o conceito da seguinte maneira: o sexo estava relacionado com a biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e o gênero com a cultura (psicologia, sociologia). O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era a pessoa ‘acabada’ *gendered, homem ou mulher*. Haraway, *Donna: Gender for a marxista dictionary, in: Symians Cyborgs and Womem, 1991*” (CISNE, 2012, p. 79).

¹¹ O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo. RUBIN, Gayle: “The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy of Sex” IN: REITER, Rayna. *Toward an Anthropology of Women*. Monthly Reviw Press, New York, 1975 (PISCITELLI, 2001, p. 8)

Segundo a autora, gênero é substituto de mulheres, e ao estudar sobre mulheres se compreende estudar sobre os homens, pois um está atrelado ao outro, emblemando que na sociedade as relações entre homens e mulheres são indissociáveis, um faz parte do outro, das constituições e relações sociais e das construções adquiridas entre os sexos e de suas experiências (*id.*, p. 7).

Para tanto, gênero surge mediante os movimentos feministas influenciados por acadêmicas do Século XX, precisamente nos anos 80, no Brasil. Objetivando desta forma desnaturalizar e transformar a realidade das mulheres enquanto oprimidas socialmente, perante as desigualdades enfrentadas nas relações com os homens. “O conceito de gênero se dissemina [...], reforçando assim as discussões em cima da realidade vivida entre homens e mulheres e suas distinções perante características tradicionais pertencentes a cada um” (PISCITELLI, 2001, p. 1).

Nesse sentido, Cisne (2012, p. 51) traz que o “conceito de gênero e de relações de gênero é utilizado no sentido de dar ênfase ao caráter social, cultural e relacional das distinções baseadas no sexo, visando superar o determinismo biológico¹², ressaltando sua dimensão histórica.” Para tanto, reforça que é imperativo desconstruir os conceitos tradicionais criados em relação à posição masculina e feminina na sociedade, pois estes conceitos que possuem diferenças sociais, geradoras de desigualdades que ocorrem em constantes mudanças, tempos e sociedades.

Tais desigualdades partem do processo de dominação, sistematizados na sociedade nas relações entre os gêneros. Percebe-se desta forma que as relações de gêneros, independente de religião, raça, orientação sexual, classe e afins, evocam relações de dominação de um sexo sobre o outro, independente dos tempos e espaços que são distintos.

O conceito de patriarcado, “como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004, p. 44)”.

Este como princípio de dominação, fortalece-se intensamente na sociedade, mediante a cultura estabelecida de valoração do espaço público pelo privado, onde as relações de gênero se tornam conflitantes, observando assim que

¹² NICHOLSON sobre determinismo biológico: postula uma relação direta entre biologia, aspectos da personalidade e comportamento, na qual a biologia determina personalidade e comportamento (2000, p. 13 Apud PISCITELLI, 2001, p. 20).

no espaço feminino tradicional, as mulheres exercem duplas ou triplas jornadas de trabalho. Deste modo:

Por patriarcado compreendemos o sistema de dominação e exploração sobre as mulheres, regido pelo medo e pela desigualdade de poder entre homens e mulheres. Por ser funcional aos interesses capitalistas, esse sistema não foi apenas apropriado, mas fundido ao atual modo de produção, formando um único sistema: o patriarcal capitalista, pautado na exploração intensificada da força de trabalho, especialmente a feminina. Entende-se que o patriarcado é um sistema porque funciona independentemente da presença dos homens, ou seja, ele encontra-se enraizado nas relações sociais de tal forma que, mesmo entre as mulheres, sem necessariamente haver a presença masculina, há uma ratificação e sua reprodução (CISNE, 2012, p. 18).

Desde modo, o patriarcado vincula-se ao espaço privado, significando que o espaço público não possui nenhuma vantagem a esse sistema, pois domina e oprime, no caso das mulheres, as sujeitando na esfera íntima. Diante das premissas patriarcais pontua-se que a mulher “viva sob uma estreita vigilância, veja o menor número de coisas possível, ouça o menor número de coisas possível, faça o menor número de perguntas possível” (LEITE, 1994, pag. 28), verificando desta forma a exclusão da mulher das decisões, da vida política e do trabalho produtivo.

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

O patriarcalismo ressalta que a mulher deve ser mantida em condição de inferior, sob comando e condicionada às ações masculinas. As diferenças de classes e de gênero contidas nesse meio, delimitam os espaços no mundo do trabalho para as mulheres, com realidades totalmente diferentes para mulheres da classe trabalhadora e para as da classe burguesa, onde a composição familiar é diversificada, bem como a renda e a escolaridade, como ressalta Saffioti (1987, p.09):

A vida de mulher varia segundo a classe social dos elementos do sexo feminino. Se a operária gasta duas horas por dia no trânsito, mais oito na fábrica, e quatro nos serviços domésticos, a burguesa dispõe de serviçais que executam os trabalhos domésticos em sua residência. No seio das classes médias é grande a diferenciação. Nestas classes, dada a enorme variação de renda que comportam, encontram-se desde mulheres donas-de-casa, que se dedicam exclusivamente aos cuidados da residência, do marido e dos filhos, até aquelas que trabalham fora. Dentre estas últimas

também há gigantescas diferenças. Ha secretárias, cujo irrisório salário não lhes permite contratar nenhum tipo de auxiliar para a execução dos serviços domésticos. Outras trabalhadoras, em virtude de seu nível de renda, só podem contratar empregadas em tempo parcial ou faxineiras (SAFFIOTI, 1987, p. 09).

No trabalho a exploração das mulheres se deu de forma bastante diferente conforme a classe social da mesma. Ao longo da história do capitalismo, a força de trabalho feminina das classes mais empobrecidas compôs o contingente industrial, além de condições de vida muito precárias, se submetiam a salários bastante inferiores aos dos homens e intensa exploração, como analisa Saffioti (1987):

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente à mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (SAFFIOTI, 1987, p. 36).

Mesmo com a entrada massiva de mulheres no mundo do trabalho produtivo, a divisão sexual do trabalho permaneceu diferenciando e hierarquizado, entre os trabalhos de homens e mulheres. Além disso, as tarefas domésticas permaneceram sob responsabilidade feminina, como Saffioti (1987, p. 9) explica: “mesmo as trabalhadoras donas de casa estendendo-se às trabalhadoras de indústrias, no conjunto de suas qualificações, é necessário haver os cuidados com o lar, pois assim a sociedade atribuiu o equilíbrio de organização doméstica e dos filhos com os cuidados que a mulher possui já em sua criação”.

O trabalho feminino é apropriado e explorado pelo modo de produção capitalista, que se apropria da divisão sexual do trabalho como estratégia para rebaixar os salários da classe trabalhadora, como explica Nogueira (2011, p.1):

O capitalismo usava, então, dessa divisão sexual do trabalho para incentivar a competição entre os trabalhadores, rebaixando os salários em decorrência do ingresso da força de trabalho feminina, incorporada à classe trabalhadora e percebendo salários ainda mais reduzidos. Desse modo, a

classe trabalhadora composta por mulheres, jovens, crianças e pelos próprios homens, foi reduzida à condição de simples força de trabalho vivo, ou seja, matéria de exploração do capital, visando à ampliação de seu ciclo reprodutivo e sua valorização (NOGUEIRA, 2011, p. 1).

Com uma inserção precarizada no mundo do trabalho, tendo suas “escolhas” profissionais moldadas pela divisão sexual, a participação feminina é vista como secundária e complementar ao trabalho masculino, servindo de complementação da renda familiar. Assim, a remuneração da mulher não apresenta, em termos econômicos uma semelhança com a dos homens. A exploração ocorre de forma multifacetada, de acordo com a classe social. As mulheres da classe trabalhadora estão sujeitas a maior exploração do capital.

Diante disto o capitalista ao empregar a mulher não considera sua luta por libertação, emancipação, de um ponto de vista humanitário. E sim de acumulação de riquezas, de possibilidade de exploração de sua força de trabalho, como já mencionado anteriormente. Evidentemente que estamos destacando um acesso a postos de trabalho que prevalece a lógica de exploração capitalista, tal lógica negativa a construção de um processo de construção emancipatória, principalmente às mulheres que conquistaram e conquistam cada vez mais espaço. Todavia, nos cabe buscar incessantemente pela igualdade de acesso, onde o horizonte da emancipação está ao alcance feminino, em toda sua plenitude, enfatizando uma luta de igualdade real e formal naquilo que vivenciamos. Podemos entender o conceito de emancipação da seguinte forma:

A emancipação política é a da burguesia (parcial), da exploração do homem pelo homem, da sociedade de classes e a emancipação humana é a do proletariado (universal), da superação da exploração do homem pelo homem, ou seja, a que elimina a sociedade de classes. Marx fez uma contraposição entre emancipação política e emancipação humana, deixando claro que uma representa a perspectiva do capital e a outra a do trabalho (...) o objetivo a ser buscado pelo trabalhador não é a revolução política, mas a revolução social que supera a emancipação política, o Estado repressor e limitador (SOUZA, DOMINGUES, 2012, p. 70-74).

A emancipação política não é incompatível com o modo de produção capitalista, já a humana propõe sua superação. Dessa forma, as mulheres tem alcançado cada vez mais a liberdade política.

Analisamos o longo caminho a ser percorrido para tal finalidade, vejamos que mulheres¹³ só conseguiram direito ao voto no Brasil em 1928, como intento a essa conquista destacamos Celina Guimarães Viana, diante da luta feminista destaca-se Nísia Floresta que é considerada uma das precursoras do feminismo no Brasil; temos também Bertha Lutz, que foi uma das organizadoras do movimento sufragista no século XX; Patrícia Galvão (PAGU) foi a primeira mulher presa por motivos políticos; Carlota Pereira de Queiróz, nomeada a primeira deputada federal do Brasil em 1933; Laudelina de Campos Melo, fundadora do primeiro sindicato de trabalhadoras domésticas do Brasil, em 1936. Essas mulheres lutaram para que os direitos políticos das mulheres fossem colocados em debate, rompendo com o conformismo e com a invisibilidade:

É preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o "verdadeiro" universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida, por algumas mulheres. Sem dúvida, desde há muito tempo, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais. Suas atividades, no entanto, eram quase sempre (como são ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, "de apoio", de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação. (LOURO, 1997, p.17).

Diante dessas conquistas, as feministas questionavam a divisão sexual do trabalho e passaram a olhar mais nitidamente esses marcadores de diferenças, reivindicando espaços públicos, dando seguimento às reivindicações de cunho político, econômico, social, adentrando as mais diversas formas de oportunidades, confrontando a invisibilidade a que eram relegadas (LOURO, 1997).

Com a conquista dos direitos femininos ao voto e a conquista de espaços públicos, o trabalho e a participação social das mulheres aumentou em vários setores, inclusive naqueles "considerados" masculinos, como na política. O próximo tópico discutirá os movimentos feministas e suas conquistas e as lutas em prol de melhores condições de vida e de trabalho para as mulheres.

2. 3 MOVIMENTOS FEMINISTAS AO LONGO DA HISTÓRIA

¹³ Conheça 8 mulheres que influenciaram a luta pelos direitos femininos no Brasil. EBC, 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/03/feminismo-conheca-mulheres-precursoras-da-luta-pelos-direitos-da-mulher-no-brasil>> Acesso em: 15/10/2016.

É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta.

Simone de Beauvoir

Aqui se aborda continuamente os conceitos de gênero e a importância dos movimentos feministas. Serão utilizados autores que discutem esses temas e são reconhecidos por suas pesquisas e produções acadêmicas.

2.3.1 Movimentos Feministas: lutas e conquistas ao longo da história

A primeira onda do movimento feminista surge para modificar a condição da mulher, com objetivo de se romper o silêncio ao qual foram relegadas e enfatizar que, as mulheres são cidadãs e, portanto, buscam e lutam por seus direitos e garantias sociais.

O pensamento feminista, como expressão de ideias que resultam da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticas do movimento feminista, reforçam que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados aos homens, suas correntes afirmam a existência da subordinação feminina, mas questionam sua naturalização, alegando que esta subordinação deriva das maneiras como a mulher é construída. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado. Por esse motivo o pensamento feminista reivindicou igualdade no exercício dos direitos. As feministas trabalharam em várias frentes: criaram um sujeito político coletivo, as mulheres, e tentaram viabilizar estratégias para acabar com sua subordinação. Ao mesmo tempo procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas dessa subordinação (PISCITELLI, 2001, p. 2-3)

É imprescindível reconhecer que o feminismo, enquanto recorre sobre a condição da mulher na sociedade, provoca um processo de mudança necessário, confrontando os costumes que colocam a mulher num lugar inferior. Assim, aprofundamos a compreensão em referência a defesa pelos objetivos das mulheres e legitimidade de seus interesses, passando a dar-lhes visibilidades nos campos econômico, social e político de tal forma que pudessem participar das decisões, em suas várias esferas.

De tal maneira:

A luta da mulher por seu espaço na sociedade não é nova, no entanto, essa luta superou a fase das ações isoladas e passou a ser reconhecida a partir

da organização de um movimento socialmente chamado de feminismo. No início do século XX, as manifestações a favor da emancipação feminina adquiriram maior visibilidade durante a luta pelo direito ao voto. Aquele movimento ampliou-se e passou a englobar a luta pela educação formal e por uma profissão. Na década de 1960, teve início outra fase do movimento feminista, trazendo como bandeira reivindicatória as situações sociais e políticas e abrangendo questões teóricas e práticas (OIT, 2010, p. 85).

O processo de emancipação feminina ganha espaço com o movimento feminista, que se inicia com a luta pelo sufrágio universal, essa luta, verificada na busca pela liberdade e igualdade, sendo apreendido de forma ampla e sistemática diante da condição e luta das mulheres por seus direitos, obtêm em alguns momentos¹⁴ a renúncia de muitas delas à família e ao emprego subordinado, explorador. Gonçalves (2006) explica “que essa luta era pelo voto¹⁵, pela melhor instrução, pelo trabalho qualificado, e proteção legal, tornando-se assim a primeira fase do feminismo”.

Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado "sufragismo", ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres. Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a "primeira onda" do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de certa acomodação no movimento (LOURO, 1997, p.14).

Como figura significativa do feminismo no século XX podemos citar a cientista Bertha Lutz¹⁶ que se colocou à frente da luta feminista sufragista no Brasil, sendo uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (antiga

¹⁴ Melhor apreensão da luta das mulheres do movimento sufragista se aprimora no filme de Sara Gavron: *As sufragistas* (2015).

¹⁵ Segundo fontes da ONU, em 1945, apenas 30 dos 51 Estados-membros originais da organização concediam às mulheres direito de voto igual ao dos homens ou permitiam que elas ocupassem cargos públicos (BOUTROSGHALI, 1996, p. 8 Apud GUARNIERI, 2010, p. 3).

¹⁶ Bertha Lutz- Zoóloga de profissão, é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Ela se empenhou pela aprovação da legislação que outorgou o direito às mulheres de votar e de serem votadas. Nasceu em São Paulo em 2 de agosto de 1894, ingressando no museu nacional como bióloga em 1918, se tornando a segunda mulher a entrar no serviço público brasileiro (a primeira se trata de Joana França Stockmeyer, que trabalhou na Imprensa Nacional), criando conjuntamente com outras pioneiras, a Liga pela emancipação intelectual da mulher (1919). Em 1922, Bertha representou as brasileiras na Assembleia-Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, sendo eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Somente dez anos depois do ingresso das brasileiras na Liga das Mulheres Eleitoras, em 1932, por decreto-lei do presidente Getúlio Vargas, foi estabelecido o direito de voto feminino. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>> Acesso em 24/02/2017.

Liga para a Emancipação Intelectual Feminina), atuando intensamente por meio desta instituição para que as mulheres pudessem alcançar seu direito de voto (PINTO, 2010 *apud* BEDIN *et al*, 2015).

Desta forma, o feminismo intensifica-se formando em sua segunda onda, esta marcada por um movimento político, com o objetivo de mudar as condições da mulher, reconhecendo que para isso teria que mudar a forma como a mulher era vista pela sociedade e pela história:

Será no desdobramento da assim denominada "segunda onda" — aquela que se inicia no final da década de 1960 — que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero (*id*, 1997, p.15)

Com o seu desenvolvimento, a segunda onda conquista espaço, acentua-se cada vez mais a inserção feminina nos espaços públicos, compreendendo a luta contra as exclusões sociais e a busca por mais liberdade. Dessa forma:

Enquanto a primeira onda do feminismo possuía demandas fortemente relacionadas a questões de igualdade em relação ao homem, consistentes em gozar das mesmas liberdades de trabalho, participação política e outras, a segunda onda do feminismo procurou se deter no que era específico da mulher, reivindicando que as peculiaridades femininas fossem reconhecidas e protegidas. A mulher possuía um corpo e uma história que eram peculiares e subordinados socialmente, e essas questões mereciam ser investigadas. O feminismo desse momento “deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado, entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres (PEDRO, 2005, p. 79 *apud* BENDIN *et al*, 2015, p.335).

Já a terceira fase (1990) do movimento feminista engloba todas as protagonistas desta luta, de forma diversificada, desde lésbicas, mulheres negras, trabalhadoras rurais e tantas outras engajadas nas lutas políticas presentes nas sociedades que se passaram e nas de hoje. Podemos compreender assim, que esta fase:

Abrange as tentativas de desconstrução da categoria “mulher” como um sujeito coletivo unificado que partilha as mesmas opressões, os mesmos problemas e a mesma história. Trata-se de reivindicar a diferença dentro da diferença. As mulheres não são iguais aos homens, na esteira das ideias do feminismo de segunda onda, mas elas tampouco são todas iguais entre si, pois sofrem as consequências da diferença de outros elementos, tais como raça, classe, localidade ou religião (*id*. p. 338).

Assim as três ondas citadas se caracterizaram com formas e momentos distintos, se tornando cruciais para a garantia dos direitos femininos, pois como Piscitelli (2001, p. 2) afirma: “se alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado”. A autora reitera que essa mudança em se perceber as mulheres decorre de uma construção social, e se o machismo fosse suprimido, além de outros fatores existentes, as futuras gerações não vivenciariam as situações discriminatórias que ainda hoje permeiam a história feminina.

Segundo Drumont (1980, p.1) o machismo é definido como “um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação e de sujeição entre o homem e a mulher”. É um sistema ideológico, baseado no poder masculino, que molda as identidades como masculino e feminino, “sendo aceito por todos e liderado pelo homem, focalizando, portanto o poder em relação à intimidade sexual” (DRUMONT, 1980, p. 1). Para tanto “o machismo do trabalhador volta-se contra ele mesmo: primeiro, porque ele paga um preço excessivamente alto para mandar na mulher; segundo, porque a supremacia masculina impede, ou pelo menos dificulta o avanço das lutas das classes trabalhadoras (*id.* 1987, p. 23)

O feminismo não é um movimento contra os homens, como se tem propagado erroneamente. É um movimento que luta pelos direitos das mulheres, em uma concepção ampla de cidadania, sem discriminações e opressões. Saffioti (1987) observa que o termo feminismo subentende várias formas de atuações das mulheres, mas ainda se pensa ser algo negativo, que é uma luta contra os homens e tudo relacionado a eles, quando na verdade é a busca por direitos iguais.

Na segunda metade da década de 60, começaram a surgir os movimentos feministas que, cada um a seu modo, passaram a lutar pela igualdade nas relações de gênero. É preciso tomar cuidado com o termo feminismo, rigorosamente, não existe um só feminismo, pois há diferenças de bandeiras levantadas, de ênfase posta numa ou noutra reivindicação, de estratégias de luta (SAFFIOTI, 1987, p. 92)

Assim, o feminismo é uma luta por um ideal, englobando todos os indivíduos, tanto homens quanto mulheres, em busca da igualdade de direitos aos quais as mulheres vêm lutando, por novas possibilidades de relações sociais.

Na década de 70, o movimento feminista desenvolvia um novo momento de conscientização de luta pela emancipação da mulher. A essa época, a

participação das mulheres nas lutas de classes e na organização política, acentuava-se. O enfrentamento ao discurso machista e conservador do papel natural da mulher como mãe e esposa ganhava força, era preciso combater a opressão das mulheres, reivindicando por sua emancipação econômica e social (NASCIMENTO, 2016, p. 344).

A luta contra a opressão feminina permanece constante, inclusive pela divisão das tarefas domésticas, reivindicando uma distribuição igualitária do trabalho doméstico (NOGUEIRA, 2004 apud NASCIMENTO, 2016). Para tanto, o conceito de gênero, criado no seio dos movimentos feministas das décadas de 1970/1980, objetivava desnaturalizar as diferenças, problematizando-as como parte das construções sociais a partir das relações sociais entre seus sujeitos (CISNE, 2012).

O quadro a seguir resume os atuais movimentos feministas, que corroboram com as lutas feministas, reivindicando maior liberdade, respeitabilidade e igualdade entre homens e mulheres.

Quadro A – Movimentos Feministas na Atualidade

	PELO QUE LUTA	OBJETIVO
MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES ¹⁷	A MMM nasceu em Québec, Canadá em 2000. Movimento que articula ações locais nacionais e internacionais em torno de uma agenda radical anticapitalista e antipatriarcal.	A estratégia é fortalecer a auto-organização das mulheres e sua participação em movimentos sociais, para a construção de um projeto que incorpore o feminismo e as mulheres como sujeitos políticos.
MARCHA DAS MARGARIDAS ¹⁸	É uma ação estratégica das trabalhadoras rurais que acontece desde 2000, visando garantir e ampliar as conquistas das mulheres do campo e da floresta.	É um processo amplo de mobilização em todos os estados do país, promovido pelo CONTAG, FETAG, STTRs e a CUT em parceria com movimentos de mulheres e movimentos feministas.
MARCHA DAS VADIAS ¹⁹	Se caracteriza por uma manifestação mundial de caráter feminista que teve	Adotar o conceito de “vadia” para se opor ao estereótipo de culpa que recai sobre mulheres

¹⁷ Secretária De Políticas Para Mulheres (2010).

¹⁹ GALETTI (2014).

	<p>sua primeira edição em 2011, as jovens militantes feministas atuam politicamente através de manifestos, de textos questionando machismo, lutando contra as diversas violências sofridas pelas mulheres, são elaboradas artes com engajamento político para visibilizar as lutas contra a ordem patriarcal.</p>	<p>agredidas em função da exposição de seus corpos ou de suas sexualidades, defendendo o direito de autonomia pelos seus corpos.</p>
--	---	--

Fonte: Elaboração da Pesquisadora.

Verifica-se que determinados movimentos atuais, como A Marcha das Vadias, que tem como objetivo quebrar o estereótipo de que a violência sexual ocorrida na sociedade é culpa das mesmas em referência a suas roupas e atitudes, enfrentam resistências de grupos religiosos e conservadores, que desqualificam os movimentos feministas.

No âmbito das políticas públicas do estado do Tocantins se verifica a Diretoria de Políticas para as Mulheres e a Gerência de Políticas para as Mulheres, na estrutura da Secretaria de Cidadania e Justiça, em Palmas, com objetivo de fortalecer as políticas públicas para as mulheres tocantinenses e aumentar a presença delas em todas as áreas profissionais e humanas. Além disso, é atuante o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), uma entidade que tem sido essencial para a efetivação dos mecanismos de controle da gestão pública pela sociedade civil, destacando o movimento de feministas e mulheres - índias, negras, brancas, lésbicas, idosas, jovens mulheres, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, periféricas, entre outras – e que participem, ativamente, em suas especificidades e nas suas localidades (MULHERES SE REUNEM..., 2010).

As reivindicações feministas por mais igualdade no mercado de trabalho, e sobre seu próprio corpo, se materializam em conquistas sociais e jurídicas. Dentre as conquistas, destaca-se a Lei Maria da Penha, que tem por objetivo coibir e punir a violência e seus tipos existentes:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II- violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento [...]; III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade [...];IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006, p. 19).

A trajetória da Lei Maria da penha representa uma conquista, no entanto, sua promulgação foi complexa, devido a sua legalização ocorrer somente 18 anos depois da denúncia feita por Maria da Penha contra o marido. A luta somente ganhou força e destaque com o apoio de organismos internacionais e com a pressão feita por movimentos feministas. A Lei 11.340, é dotada de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A violência se define como “a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2004, p. 17).

A violência concretiza atitudes sexistas recorrentes que vigoram cotidianamente na sociedade, pois ela não “é somente uma ideologia, reflete também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres, (...) o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações” (SAFFIOTI, 2004, p. 35). A violência resulta, não raramente, em feminicídio²⁰ que: “segundo o Mapa da Violência 2012, que analisou o período histórico entre 1980 a 2010, nesses 30 anos foram assassinadas no Brasil, aproximadamente, 91 mil mulheres, destas, 43,5 mil apenas na última década. No Brasil, a cada 2 minutos, 5 mulheres são agredidas. Cerca de um terço das mulheres em todo o mundo já foram agredidas fisicamente ou sexualmente por um “ex” ou atual parceiro” (WAISELFISZ, 2012 apud, CASTANHEIRA, 2016, p. 22).

Outra conquista dos movimentos feministas são as delegacias especializadas de atendimento à mulher (DEAM), que possuem instalações em várias cidades de vários estados, atuando de acordo com a lei, punindo os

²⁰ O feminicídio cometido por parceiro acontece, numerosas vezes, sem premeditação, diferentemente do homicídio nas mesmas circunstâncias que exige planejamento. Este deriva de uma derrota presumível da mulher no confronto com o homem (SAFFIOTI, 2004, P. 73)

agressores e tomando providências diante de violências contra a mulher. A cidade de Miracema do Tocantins possui uma DEAM²¹, que também atende as demais localidades próximas. Segundo a Convenção de Belém do Pará²² a violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 2004, p. 09). Englobando desta forma a violência ocorrida nos espaços de trabalho da mulher.

A proteção a mulher está prevista na Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu art. 226. §8º que o Estado “é responsável pelos indivíduos e assegurará a assistência à família, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 1988, p. 144).

Os tratados internacionais existentes para o combate da discriminação baseada no gênero afirmam a existência de questões de violações de direitos humanos latentes em nossa sociedade, que precisam ser combatidas. Bandeira e Almeida (2015) abordam algumas das convenções e conferências internacionais mais importantes que destacam as questões de gênero:

- PRIMEIRA CONFERÊNCIA MUNDIAL- referindo-se sobre a situação jurídica e social da mulher, a Organização das Nações Unidas (ONU), então, retirou as questões de gênero, em definitivo, do âmbito particular dos Estados e as trouxe para a realidade internacional, tornando-as, com isto, preocupações globais, MÉXICO- 1975;
- CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES (CEDAW), adotada pela Assembleia Geral em 1979. Refere-se ao tratado de reconhecimento dos direitos das mulheres, e igualdade de gênero;
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS: em Viena (Áustria), em 1993, que reafirmou os direitos humanos das mulheres;
- Convenção Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) CONVENÇÃO DO CAIRU, que instituiu internacionalmente as bases para uma visão de desenvolvimento socioeconômico fundada no reconhecimento da pessoa como sujeito de direito, com especial destaque para a mulher;
- Em 1994, foi aprovada uma AGENDA cujos conteúdos colocavam os diversos governos no mais elevado compromisso com as expectativas das organizações e dos movimentos de mulheres e feministas, de juventudes, da diversidade sexual, pela liberdade religiosa, contra todas as formas de discriminação;

²¹Em agosto de 1985, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) do Brasil seria, então, inaugurada na cidade de São Paulo, configurando como uma política pública direcionada ao atendimento das vítimas de violência de gênero (SOUZA, CORTEZ, 2016).

²²Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres – Convenção de Belém do Pará. Criado em 1994, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), Trata-se do único instrumento internacional voltado para abordar a violência de gênero.

- Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que se constituem em um conjunto de metas organizadas pelos governos de 191 países-membros da ONU, que foram ordenadas em setembro de 2000. Foram propostos como forma de solucionar alguns dos agudos problemas da humanidade, como a pobreza, a fome e a desigualdade entre os gêneros. Os ODMs estão implicados com a melhoria da condição de vida das mulheres;
- IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing/China em 1995 e em sequência às conferências organizadas anteriormente (México-1975, Copenhague-1980 e Nairobi-1985). Além de ter mobilizado grande número de mulheres a discutir temas de significativa relevância, contou com a participação de 300 representantes da delegação brasileira, um número expressivo de membros não governamentais. Nela foram introduzidos novos conceitos referentes às questões de gênero, com vistas à autonomia e equidade da mulher no planeta (BANDEIRA, ALMEIDA, 2015, p. 501-502)

Além do mais podemos mencionar ainda as secretarias que tratam de gênero, como a Secretaria de políticas para as mulheres (SPM) através da Lei 10.683/2003, sendo criada para: “[...] o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Com a criação da Secretaria, a elaboração de conceitos, diretrizes e normas, assim como as estratégias nacionais voltadas para o combate à violência, deixam de ser ações isoladas (BRASIL, 2011a, p. 46).

Temos também o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no Ministério da Justiça, criado em 1985, “com o objetivo de coibir e eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher, do mesmo modo, assegurou a toda mulher a participação em atividades econômicas, culturais e políticas, anteriormente tidas como atividades masculinas (SANTOS, 2011 *apud* CASTANHEIRA, 2016 p. 32).

Temos ainda a Política nacional de enfrentamento a violência contra as mulheres, esta apresenta-se com a finalidade de: “estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos [...], conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos” (*Id*, 2011a, p. 9).

Assim, no ano de 2007 foi criado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a mulher, sendo esse “[...] um acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que consolidassem a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as mulheres por meio de políticas públicas integradas em todo território nacional (BRASIL, 2011b, p. 11).

Têm-se várias campanhas como a da ONU - *O Valente não é Violento*²³, cujo objetivo é estimular a mudança de atitudes e comportamentos machistas, enfatizando a responsabilidade que os homens devem assumir na eliminação da violência contra as mulheres e meninas. Nas principais frases de conscientização estão:

O Valente não discute, dialoga; O Valente não machuca, nem com palavras; O Valente sabe que é melhor inspirar carinho do que medo; O Valente respeita a intimidade de sua companheira; O Valente não intimida, confia; O Valente compartilha as responsabilidades do lar; O Valente respeita a opinião das mulheres; O Valente jamais usa a força; O Valente diz não à violência” (O VALENTE NÃO É VIOLENTO)²⁴

Ainda com as ações dos movimentos feministas, campanhas mais antigas fizeram emergir o debate sobre violência e feminicídio, na década de 1970, com o *slogan*: “Quem ama não mata”, em resposta ao caso de Ângela Diniz em que Doca Street não é julgado adequadamente, em se tratando de um assassinato, em 1976; além de: “Mulher não é propriedade, nem do pai, nem do marido, nem do patrão”, em 1980 abarcando os direitos femininos de forma livre sem violência, já em 1998: a campanha “os direitos das mulheres são direitos humanos” tem o propósito de divulgar os direitos de todas as mulheres, independente de sua cor, raça, religião, classe social ou orientação sexual (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010 apud CASTANHEIRA, 2016, p. 38).²⁵

Em 2016, no Tocantins, houve uma audiência pública sob organização da OAB/TO com vários sujeitos envolvidos, desde parlamentares, instituições religiosas, advogados, professores, estudantes e público em geral, para ouvir tais sujeitos sobre suas posições sobre a aceitação da medida provisória nº 6, criada e editada pelo prefeito de Palmas, Carlos Amastha, em que modifica o plano municipal de educação, tornando-se uma lei. Tal intento abarca que está proibido discussões de gênero e diversidade nas escolas, bem como os materiais utilizados sobre o tema. Alguns representantes foram a favor e contra esse diálogo, tema que se torna latente e imprescindível nas percepções que uma criança deva aprimorar para se

²³ Acompanhe em: <https://nacoesunidas.org/campanha/o-valente-nao-e-violento/>

²⁴ O VALENTE NÃO É VIOLENTO. Disponível em: <http://www.ovalentenaoeviolento.org.br/artigo/54/O-Valente-nao-eh-Violento>> Acesso em 24/02/2017.

²⁵ Destaca-se a partir do movimento feminista, que na década de 50 e 60, foi significativo a participação da advogada Romy Medeiros fundadora do conselho nacional de mulheres (1949), esta lutou pelos direitos das mulheres casadas – cuja cidadania era controlada pelos maridos, desprovida da liberdade de trabalhar e viajar, aprovando assim o estatuto da mulher casada em 1962 (SANTOS, 2006, p. 409).

proteger de discriminações e não ser vítima e nem vitimar. Assim se aguarda a análise das manifestações presentes e pareceres para o ingresso de uma ação judicial sobre a questão (JUS TOCANTINS, 2016).

Os direitos conquistados são de fato um avanço para a amenização das violações da dignidade humana, compondo um longo processo de lutas e reivindicações, somados pelos significativos apoios de tratados, convenções e conferências internacionais e nacionais, sendo importante o processo de educação como elencada acima, pois se faz necessário tal discussão na educação básica. Para enfrentar as dificuldades inerentes, é necessário que as próprias mulheres reconheçam-se como sujeitos de direitos e reconhecê-los como tal.

Os direitos das mulheres são indissociáveis da compreensão sobre os direitos humanos, estes apresentados pela Organização das Nações unidas (ONU):

1. – Direitos à vida.
2. – Direito à liberdade e à segurança pessoal.
3. –Direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação.
4. –Direito a construir relacionamento conjugal e planejar sua família.
5. - Direito de decidir ou não ter filhos e quando tê-los.
6. –Direito à liberdade de reunião e participação política.
7. –Direito à liberdade de pensamento.
8. –Direito à informação e à educação.
9. –Direito à privacidade.
10. –Direito à saúde e à proteção desta.
11. –Direito aos benefícios do progresso científico.
12. –Direito a não ser submetida a torturas e maus-tratos (PARADA, 2009, p. 48).

Desta forma se finda que o direito à vida da mulher trabalhadora, concerne com seu direito de governar sua própria existência, de tal forma que nos direitos acima se ultime que as mulheres gozem de liberdade de ir voltar do seu local de trabalho de forma segura, de exercer o planejamento familiar, poderem participar ativamente da vida em sociedade e liberdade de estudos optando por sua profissionalização de forma livre. Assim, no capítulo seguinte se problematiza a participação da mulher no mercado de trabalho e seus aspectos históricos, econômicos e sociais.

3 GÊNERO E TRABALHO: CONSTRUÇÕES SOCIAIS

Este capítulo aborda o debate sobre as diferenças socialmente construídas entre os gêneros e suas materializações no mundo de trabalho, remetendo a ideias de que determinadas áreas não são próprias para mulheres. Como observa Cisne, “é essa ideologia – patriarcal, que leva muitas mulheres a procurarem profissões consideradas femininas. Elas se sentem mais capazes e são levadas a crer que são mais aptas a determinadas carreiras” (CISNE, 2012, p. 134).

O objetivo é problematizar, questionar, desnaturalizar e desconstruir tais preconceitos e discriminações, afirmando as conquistas históricas e contemporâneas das mulheres nos mais diferentes aspectos, incluindo o mundo do trabalho.

3.1 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

A Emancipação das mulheres exige uma ordem social qualitativamente diferente.

Mészáros

A produção e reprodução da vida humana compreende a relação dos homens e mulheres diante do trabalho. Estes transformam a realidade perante as atividades da transformação da natureza, superando desta forma as necessidades humanas e extraindo desta transformação as matérias primas para suas necessidades materiais, ou seja, ele transforma, através do processo de produção, materiais naturais em produtos úteis, tornando assim utilizável.

O trabalho como um conjunto de atividades intelectuais e manuais, organizadas pela espécie humana e aplicadas sobre a natureza, visando assegurar sua subsistência, nunca deixou (como não deixa atualmente) de ser realizado, por homens e mulheres, ao longo da história (PINTO, 2013, p. 16).

Tais necessidades são realizadas a partir da prévia – ideiação²⁶, onde o sujeito precisa idealizar o processo e o produto para depois criar, construir e

²⁶ A prévia- ideiação é o primeiro passo para o ser social poder criar o que necessita, utilizando uma exemplificação como o machado, que ao ser criado precisa pertencer a classe de necessidades do homem, que ao fazer parte da natureza, o transforma idealizando e objetivando, sendo criado,

transformar a realidade. Para tanto “a transformação da natureza pelo homem, são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática. É essa capacidade de idear antes de objetivar, que funda para Marx, a diferença do homem em relação à natureza, a evolução humana” (LESSA E TONET, 2011, p. 18).

Em todas as áreas de conhecimento científico, comprovou-se ter sido a capacidade de trabalho, enquanto atividade constituída de “planejamento” e “execução”, o diferencial dos seres humanos frente aos demais seres vivos, no metabolismo que processam com o meio ambiente para sobreviverem (PINTO, 2013, p. 9).

Para tanto, “é pelo trabalho que o homem deixa seu estado de animalidade (ser biológico), para interagir em caráter de cooperação com outros homens em uma rede de sociabilidade, ou seja, pode-se constatar que foi pelo trabalho que a humanidade se constituiu” (GUIRALDELLI, 2011, p. 245)

Sendo assim, indispensável observar que:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso (MARX, 1971, *apud* ANTUNES, 2006, p. 84).

O homem ao existir necessita da natureza e da sociedade ao qual vive, para realizar tarefas ao qual se torna o sujeito executor do trabalho. Diante da exploração pelo capitalismo, os indivíduos lutam por melhores condições de trabalho. No “Manifesto do Partido Comunista”, de Marx e Engels, se insere o conceito de classes antagônicas, focalizando a burguesia e o proletariado. Nessas há supremacia de uma classe sobre a outra, onde as classes dominantes burguesas detêm o poder, e eram e continuam explorando os proletariados para obtenção de riquezas (MARX E ENGELS, 1848).

Visto desta forma, que as divergências ocorridas entre as classes sociais se originam das desigualdades na apropriação da riqueza produzida pela classe operária e apropriada pela burguesia, onde a burguesia busca cada vez mais acumulação de capital, oprimindo assim a classe proletária. O salário recebido por trabalhadoras e trabalhadores em troca da venda de sua força de trabalho depende

utilizado e desenvolvido para o devido uso, chamando esse resultado de sua criação de objetivação (a materialidade concreta resultante de sua imaginação. Objetivação: transformação da realidade. prévia- ideação é sempre uma resposta, entre outras possíveis, a uma necessidade concreta. (id. 2011, p. 19-20).

da composição sexuada da classe, ou seja, as desigualdades salariais também se diferenciam conforme a divisão sexual do trabalho. Além disso, no caso do trabalho feminino, as burguesas dominam as proletárias, aquelas de classe média, brancas e estas da periferia e pobres em sua grande maioria.

Observa-se assim que o capitalismo explora essas diferenças a seu favor, tanto homens quanto mulheres não encontram outra opção de sobrevivência a não ser vender sua força de trabalho, aceitando salários baixos para sobreviver, e dando exclusividade de suas funções ao proprietário capitalista, detentor da propriedade. Ressaltando assim que trabalhos femininos são mais desvalorizados mesmo em crescente desenvolvimento social.

O capitalismo, ao mesmo tempo em que cria condições para a emancipação feminina, acentua a sua exploração ao estabelecer uma relação aparentemente "harmônica" entre precarização e mulher, criando formas diferenciadas de extração do trabalho excedente. Quando se toma o trabalho em seu sentido ontológico, se pode ver que ele possibilita um salto efetivo no longo processo da emancipação feminina. E, na medida em que a mulher se torna assalariada, ela tem também a possibilidade de lutar pela conquista da sua emancipação, pois se torna parte integrante do conjunto da classe trabalhadora (NOGUEIRA, 2011, p.2).

O salário recebido por trabalhadoras e trabalhadores em troca da venda de sua força de trabalho depende da composição sexuada da classe, ou seja, as desigualdades salariais também se diferenciam conforme a divisão sexual do trabalho.

O capitalismo é um sistema de produção baseado na exploração da mão-de-obra assalariada, com o auxílio de tecnologia crescentemente sofisticada. Nas sociedades escravocratas e feudais, os pobres também eram explorados. Nas primeiras, os escravos nem sequer eram considerados pessoas. Eram tidos como coisas de propriedade de um punhado de senhores, que levavam vida ociosa. Nas segundas, os servos deviam obediência e lealdade absolutas aos seus senhores, que não tinham obrigação de trabalhar, e tinham até o direito de deflorar as noivas antes que seus maridos pudessem recebê-las para a vida conjugal. Nestes dois tipos de sociedade, as pessoas não eram, nem na prática, nem na lei, consideradas iguais. Ao contrário, eram socialmente desiguais, tendo o senhor direito de vida ou morte sobre seus escravos (SAFFIOTI, 1987, p.41).

Com os processos de produção na indústria cada vez mais tecnológicos, novas estratégias de trabalho e de exploração foram surgindo e necessitando assim de um desenvolvimento significativo, tanto para o capitalista em sua produção e acumulação de riquezas, quanto para melhoria da condição do trabalhador.

Para nos situar sobre as estratégias utilizadas pelo trabalhador e empregador, mencionam-se os modos de produção taylorismo-fordismo e o Toyotismo. O primeiro criado por Henry Ford no início do século XX, utilizou-se dos conceitos de Taylor (que não chegou a ter uma fábrica, mas pensou as bases do método de produção), primava pelo volume na produção, pois diminuindo os custos da produção se consiga produzir mais por um custo menor. Assim, produzindo mais em um valor baixo, aumenta-se os consumidores, e enriquece o capitalista.

A produção taylorista-fordista distribui os trabalhadores dentro das fábricas de forma controlada e emprega a esteira como objeto de movimentação do produto a ser construído pelo trabalhador, sem a locomoção deste, poupando tempo e energia do trabalhador, intensificando a exploração do trabalho. As máquinas continuam a trabalhar, os estoques se acumulam e o consumo é incentivado (ANTUNES, 2006).

O modelo Toyotista criado por Taiichi Ohno, surge no pós 2ª guerra mundial. Este modelo exige mais qualificações do operariado para que ele conseguisse ser mais rápido e obter resultados na produção de forma eficaz, fazendo uso da polivalência. Criado em um momento de crise, onde o mercado consumidor era baixo e a quantidade de trabalhadores se torna reduzida devido as mortes na guerra. Possibilitou assim, aos trabalhadores qualidades múltiplas, buscando qualificar-se constantemente, não desempenhando apenas uma tarefa, como visto no fordismo. O trabalhador se torna polivalente, não exercendo a mesma função sempre, produzindo o necessário para as demandas exigidas, ganhando em cada item produzido. Utiliza o processo de *Just in Time* para produzir somente o necessário, no tempo exigido, e usando tecnologias que pudessem contribuir com intensificação e exploração do trabalho, fazendo uso de trabalho multifuncional, onde eles pudessem se adaptar as novas especialidades e exigências (*id*, 2003).

Assim, mesmo em momentos diferentes do modo de produção capitalista, a exploração da classe trabalhadora sempre se mantém, tornando evidente os antagonismos e contradições entre a classe que vive do trabalho e a que o explora:

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia (IAMAMOTO, 1995, p. 30).

O trabalhador usa sua força de trabalho para sobreviver, gerando lucro para a classe burguesa. Tal realidade de exploração se sustenta no acúmulo da mais-valia²⁷. E nesse contexto a exploração do trabalho feminino alarga-se mais intensamente, pois ocupam os postos mais precarizados na produção e os postos que hoje mais sofrem com a terceirização, permitindo que o capitalismo explore ainda mais as mulheres trabalhadoras, se beneficiando dessa situação de vulnerabilidade e precariedade.

As mulheres adentram massivamente no mercado de trabalho mais precisamente depois das duas guerras mundiais, inserindo-as no setor fabril, com pouca mão de obra masculina, ocorrendo primeiramente nos Estados Unidos e Europa e na década de 50 no Brasil. A inserção feminina no trabalho produtivo sempre enfrentou dificuldades, preconceitos e obstáculos. Os movimentos feministas, principalmente o de segunda onda, contribuíram para diminuir esses obstáculos no mundo do trabalho, problematizando e questionando o trabalho produtivo como masculino e a separação e hierarquização das esferas privada e pública. (APARÍCIO et al. 2009 Apud LOCATELLI et al. 2013).

Na medida em que a mulher começa a participar mais ativamente do trabalho remunerado sua força de trabalho passa a ser intensamente explorada e com salários reduzidos. Essas diferenças são resultados da divisão sexual do trabalho, que se materializa no mercado de trabalho, desvalorizando as ocupações femininas, que são consideradas inferiores, dividindo e hierarquizando trabalhos femininos e masculinos. Essas divisões se produzem

A partir da distribuição diferenciada de homens e mulheres no mercado de trabalho e em relação à distinta divisão do trabalho doméstico (HIRATA, 2007). Posteriormente, o conceito ampliou-se de modo a abarcar as relações de poder entre os sexos que extrapolam o trabalho doméstico e fundamentam “relações sociais e representações culturais, em estratégias patronais do Estado e em práticas de resistências de mulheres e homens” (LOBO, 1991, p.148 *apud* SOUZA, 2010, p.4).

A participação das mulheres no mundo do trabalho produtivo era considerada secundária no mercado de trabalho. As relações entre homens e

²⁷ A mais valia é caracterizada como trabalho excedente, mais-trabalho, correspondente às horas de trabalho não pagas, que são apropriadas como lucro pelo capitalista. Ela pode ser absoluta e/ ou relativa. A absoluta é caracterizada “por um prolongamento da jornada de trabalho para além do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho”. A mais-valia relativa se dá através da “obtenção de mais trabalho reduzindo o tempo e trabalho que o trabalhador tem que desempenhar para reproduzir sua subsistência” (TEIXEIRA, 1995, p. 145/146 *apud* CISNE, 2012, p. 28).

mulheres nunca foram iguais, mesmo na atual conjuntura de lutas pautadas pela diversidade, igualdade, e pelo enfrentamento da violência de gênero, tornando na atualidade as lutas e resistências mais necessárias.

A classe que vive do trabalho é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, mais heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher (ANTUNES, 2006, p. 54)

Como consequência das lutas e resistências dos movimentos feministas, as mulheres passaram a ter maior domínio sobre seu próprio corpo, com o uso de contraceptivos, ganhando mais liberdade para adentrar no mercado de trabalho remunerado, podendo planejar o quantitativo de filhos, sua vida e carreira. Durante décadas, a liberdade sobre seu corpo e sua vida foi abnegada, não havendo liberdade de escolhas diante disto, pois a filha e a esposa eram controladas pelo patriarcalismo. Dessa forma, o casamento heteronormativo e a maternidade eram o único horizonte de vida possível.

Com as transformações da sociedade e como consequência das lutas históricas por liberdade e direitos, hoje, positivamente, vivenciamos o aumento da presença da mulher em grande escala no mercado de trabalho, com o questionamento do domínio sobre seu corpo, sobre o aborto, o combate da violência de gênero e feminicídios. No entanto, no mundo do trabalho as desigualdades ainda são latentes, colocando a mulher em situações mais precárias:

Primeiro, os patrões pagam menos as empregadas mulheres, mesmo quando elas desempenham as mesmas tarefas que os homens. Segundo, com frequência, as mulheres são submetidas a testes vexatórios, visando a controlar sua vida reprodutiva. Quando o teste revela gravidez, a mulher é sumariamente despedida do emprego. Terceiro, as trabalhadoras são, muitas vezes, obrigadas a prestar serviços de caráter sexual ao patrão, a fim de preservar seu emprego (PISCITELLI, 2001, p. 17)

Além disso, o assédio moral e sexual perpetua-se nos espaços de trabalho de muitas mulheres, mantendo situações de opressão e humilhação.

Com a supremacia masculina existente, o mundo do trabalho permanece machista e discriminatório, culminando numa sociedade que produz e reproduz estereótipos de gênero, em larga desvantagem para as mulheres, como na culpabilização dos casos de estupro, tanto de forma silenciosa, como exposta :

O caso extremo do uso do poder nas relações homem-mulher pode ser caracterizado pelo estupro. Contrariando a vontade da mulher, o homem mantém com ela relações sexuais, provando, assim, sua capacidade de submeter à outra parte, ou seja, aquela que, segundo a ideologia dominante, não tem direito de desejar, não tem direito de escolha (SAFFIOTI, 1987, p. 18).

Dessa forma, a ascensão social na carreira possibilita uma liberdade maior para homens, sendo que os espaços sócio ocupacionais de maior prestígio e destaque são ocupados, em larga escala, por homens, o limita e cria barreiras para as mulheres. Além disso, a conciliação do trabalho com as tarefas domésticas esgota a mulher, contribuindo para reduzir suas possibilidades de ascensão na carreira e na política.

Percebe-se que o trabalho exercido fora do âmbito doméstico possui maior prestígio, sendo o trabalho doméstico desvalorizado socialmente, que não conta, salvo exceções, com a participação do homem neste tipo de trabalho. “Os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução da espécie, são fatores fundamentais de onde derivam as características que tornam possível a dominação que os homens exercem sobre as mulheres” (PISCITELLI, 2001, p. 3).

Bruschini e Ricoldi (2009) entendem por trabalho doméstico aqueles cuidados com a casa, alimentação da família, higiene dos membros da família, dedicação física referente à constante disponibilidade necessária em manter a higiene e limpeza do ambiente doméstico, incluindo aspectos psicológicos e afetivos dos indivíduos, além dos cuidados com os bens materiais, pagamentos das despesas, e etc.

É bastante recente na história brasileira a legislação trabalhista que reconhece o trabalho doméstico remunerado como um trabalho de direitos sociais e trabalhistas. Visto no art. 5º e 7º da CF de 1988 que somos iguais perante a lei e que é proibido a diferença de salários por motivo de diferença de sexo, verificava-se que as trabalhadoras domésticas, em sua grande maioria, não gozavam de direitos trabalhistas. A mudança de deu através da Lei complementar nº 150 de Junho de 2015, que possibilita o direito das domésticas, englobando o pagamento do 13º salário, INSS, FGTS, auxílio-creche, horas extras, auxílio-família, seguro contra acidente de trabalho, etc. Deste modo, a divisão sexual do trabalho é histórica e delimita campos de atuação e ocupação apropriados:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão de trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres a esfera reprodutiva, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares) (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 599).

As autoras elucidam que a divisão social do trabalho possui princípios que separam o que é trabalho feminino e masculino e o que é mais valorizado na sociedade (princípio de separação e princípio hierárquico), tipificando que na divisão sexual do trabalho se verifica as diferenças analisadas diante da separação de tarefas, de acordo com o sexo biológico. Essa separação é ideologicamente naturalizada, no entanto, a divisão sexual do trabalho é mutável, e modifica-se conforme o contexto sócio histórico e econômico, atribuindo diferentes valorações ao trabalho feminino/masculino e suas complexidades (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Não obstante, a mulher sempre trabalhou, mas sua presença no mercado de trabalho se fez sentir de forma consistente e crescente após a primeira guerra mundial, enquanto força de trabalho é explorada no processo industrial.

A presença das mulheres no trabalho remunerado fora do âmbito doméstico (após a separação histórica entre a unidade de produção doméstica e a empresa, que se fortalece e consolida durante o processo industrializador) é muito anterior, e, na verdade, sempre existiu. Vale lembrar que as mulheres – e, em especial, as meninas – compunham a maioria da força de trabalho dos setores mais dinâmicos da indústria no começo do século XX em vários países da América Latina, entre eles o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Chile (OIT, 2010, p. 18).

Percebemos hoje um quantitativo expressivo de mulheres no ensino superior, mesmo que ainda em cursos “considerados apropriados” para mulheres. É inegável que elas buscam cada vez mais qualificação e lutam por melhores condições de trabalho. Exemplo disso é o curso de Serviço Social, que é um curso superior, visto como recorrente ao sexo feminino com base nas qualidades femininas construídas historicamente.

Necessário analisar gênero no bojo da contradição entre capital e trabalho e das forças sociais conflitantes das classes fundamentais que determinam essa contradição [...] [sendo] imprescindível relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contras as desigualdades na e com a luta da classe trabalhadora (CISNE, 2012, pag. 12).

As questões de gênero no mundo do trabalho, e as profissões que estão se compondo da presença feminina, se encontram cada vez maiores discutidas, no entanto, a luta pelo fim da discriminação de gênero e por melhores condições de trabalho e de vida deve permanecer atuante e latente, na busca de:

[...] aumento das taxas de participação e ocupação das mulheres, a diminuição das suas taxas de informalidade, a melhoria da qualidade do seu emprego, o aumento das suas oportunidades de formação e promoção, a redução das desigualdades de rendimento em relação aos homens são, na atualidade, alguns dos objetivos fundamentais das políticas de promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho (OIT, 2010, p. 21)

O trabalho feminino é o mais sujeito a precarização, ocupando mais empregos instáveis, informais, subcontratados, e em tempo parcial, além dos rendimentos menores. Esse processo em que se encontram os homens e mulheres e suas diferenças no mercado de trabalho fazem menção a desigualdades de gênero, permeadas pelas construções sociais e culturais (NASCIMENTO, 2016).

Para Piscitelli (2001), é a partir das divisões de classes sociais e da concentração ascendente da propriedade privada nas mãos de homens, que as divisões entre os sexos se tornam mais latente, ocasionando um exercício de cidadania diferenciado e hierarquizado entre homens e mulheres na sociedade. As divisões de classe contribuem para a divisão sexual do trabalho, depreciando a condição da mulher, colocando-a principalmente na reprodução da espécie, que, por seu trabalho gratuito no ambiente doméstico, não sustenta financeiramente a casa. Assim, o trabalho produtivo, associado aos homens, é o mais valorizado, que gera o sustento de toda a família e contribui para manutenção do poder do homem também no ambiente doméstico e disseminando os padrões tradicionais.

A questão do rebaixamento do valor da força de trabalho das mulheres demonstra claramente como o capital intensifica a inferiorização social feminina para obter maiores taxas de lucratividade, promovendo uma perda direta ao campo de trabalho, isto é, uma perda para o conjunto dos trabalhadores. O rebaixamento dos salários tem como resultado imediato mais lucratividade para a empresa, precarizando a força de trabalho da mulher. Isso resulta num prejuízo para o conjunto da classe trabalhadora. A perspectiva de trabalho perde, o capital ganha. A opressão da mulher prejudica, portanto, também o homem, aprofundando as relações do sistema do capital- ao qual não basta impor a divisão social hierárquica do trabalho, fazendo –se também necessário apresentar como justificativa ideológica inquestionável a não tendência da natureza feminina para determinadas tarefas. O discurso dominante da sociedade sobre o papel primordial das mulheres, como reprodução biológica e geral da vida, se expressa também materialmente, através da dupla jornada de trabalho (MAGALHÃES, SILVA, 2008, p.12-13).

Para a divisão sexual do trabalho é “indispensável se analisar o antagonismo de classe e apreender as nuances da opressão e exploração das mulheres no âmbito da classe trabalhadora” (CISNE, 2012, p.14). Para dar continuidade as reflexões sobre trabalho, gênero e divisão sexual do trabalho, segue-se o capítulo seguinte, no qual veremos o resultado da pesquisa realizada sobre a percepção das mulheres profissionais nas cidades mencionadas no estado do Tocantins.

4 GÊNERO, DIVERSIDADE E MERCADO DE TRABALHO

“Homens e mulheres são seres humanos diferentes, em termos mais especificamente biológico-anatômicos, mas devem compartilhar a sua humanidade, que requer relacionamentos mais simétricos, sem preconceito, desqualificação, discriminação, hierarquização de sexos e, sobretudo, sem violência.”

(Rosa Maria Godoy Silveira)

Os estudos sobre gênero e trabalho, em especial a mulher trabalhadora, buscam incessantemente compreender as diferenças e hierarquias existentes no mundo do trabalho, que materializam a divisão sexual de tarefas, criando clivagens nas profissões e ocupações “consideradas” masculinas/femininas.

Este capítulo é resultado da análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres profissionais residentes em Miranorte, Miracema e Palmas do Estado do Tocantins. Suas profissões são “consideradas” “apropriadas” para homens. O objetivo da pesquisa foi analisar e apresentar as experiências, concepções e percepções de mulheres trabalhadoras.

Buscou-se investigar suas percepções sobre gênero e analisar como a divisão sexual do trabalho influencia suas vidas e profissão. Dessa forma, abordam-se a seguir as entrevistas, com foco na percepção dessas mulheres, fazendo uma análise diante das respostas sobre gênero, seus desafios, discriminações sofridas no ambiente de trabalho e como conciliam o trabalho com a vida doméstica.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Falar sobre gênero nos impulsiona a compreender a divisão sexual do trabalho existente nos postos de trabalho ocupados por mulheres e homens, as diferenças salariais, a progressão na carreira, etc. O referido capítulo esboça a análise das entrevistas feitas com cinco mulheres, abordando suas experiências profissionais, seus desafios, suas percepções diante da divisão sexual do trabalho, das discriminações e do trabalho doméstico.

Tais entrevistadas foram identificadas pelo nome de suas profissões. No início da pesquisa, percorreu-se um caminho para coleta de dados, através de uma pesquisa de campo, que teve como na entrevista semiestruturada a fonte de dados.

Foram elaboradas algumas questões norteadoras, mas abrindo possibilidades para que as entrevistadas trouxessem outras informações.

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas (GONÇALVES 2001, p.67 *apud* PIANA 2009, pag. 169).

A entrevista pressupõe o diálogo e a troca de informações, nas palavras de Marconi & Lakatos (1999, p. 94) podemos defini-la como o “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto”. Logo, um dos instrumentos importantes para se desvelar aspectos da realidade, ou da demanda que chega ao profissional de Serviço Social, ou qualquer profissão que lida com a realidade dos sujeitos é sem dúvida a Entrevista, sobretudo quando se busca um objeto específico na realidade social.

O roteiro utilizado possuiu 05 blocos de perguntas divididas categoricamente, contendo questionamentos sobre a vida pessoal, a experiência laboral, compreendendo as motivações de escolha pela profissão, e pontuando sobre o valor atribuído ao trabalho.

Foi de inteira responsabilidade da pesquisadora o procedimento com condutas éticas, resguardadas as identidades, para que não expusesse a imagem dos sujeitos de pesquisa. As entrevistadas foram contatadas e convidadas a participarem da pesquisa através dos meios de comunicação disponíveis, entre os quais destacamos e-mail, serviço de telefonia, entre outros. Com a confirmação, foram marcados locais e dias para as entrevistas.

Foi apresentado a cada profissional entrevistada um termo de livre consentimento esclarecido (TLCE), elucidando a franca participação na pesquisa, os objetivos da mesma, contato da pesquisadora e uso de gravador para posterior utilização na análise de dados mediante transcrição.

Sendo assim programado, foram entrevistadas as seguintes profissionais: uma Dentista, uma Gerente de banco, uma Motorista de Caminhão, uma Frentista de posto de combustível e uma Escrivã, três delas residentes em Miranorte, uma em Miracema e outra em Palmas do Tocantins. Das 5 entrevistadas, 3 delas possuem nível superior completo, e 2 com formação de ensino médio. As entrevistas tinham

como objetivo principal analisar as experiências, concepções e percepções dessas mulheres em atuarem nessas profissões.

Ao escolher as profissionais, não foram levados em consideração os níveis de escolaridade ao qual possuíam, nem idade, estado civil, etc. O critério de escolha se baseou unicamente na profissão que ocupavam no período da entrevista, ou seja, foram selecionadas mulheres que ocupavam profissões “consideradas” masculinas na sociedade, buscando assim, conhecer os diversos campos de atuação que muitas ocupam, suas experiências no mundo do trabalho, seus desafios e a divisão sexual do trabalho.

4.2 PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO, EXPERIÊNCIAS, DESAFIOS E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM MIRANORTE, MIRACEMA E PALMAS - TO.

O caminho não acabou – e, por isto mesmo, a viagem apenas começa.

Lukács

As análises foram feitas sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, tomando como base o referencial teórico utilizado na pesquisa bibliográfica. Algumas respostas obtidas com as entrevistas semiestruturadas possuíam algumas semelhanças, com relatos que externalizam suas formas de pensamento a partir daquilo que se convencionou utilizar como características heterogêneas entre o homem e a mulher, reproduzindo pensamentos de inferioridade da mulher, como na questão em que se pergunta “o que é ser mulher”?

Em algumas respostas, duas (2) das entrevistadas sendo uma Gerente de Banco e outra Motorista de Caminhão encontraram a identificação com os estereótipos masculinos, chegando a afirmarem que “gostariam de ser do sexo masculino”:

Eu achava que ser mulher era a pior coisa que podia existir, né, que tudo de ruim era em cima da mulher, claro que quando eu era mais jovem, no meu tempo, mulher era mais submissa aos homens, os direitos eram limitados, até hoje a gente enfrenta uma coisa ou outra (MOTORISTA DE CAMINHÃO, 2016).

As construções sociais do significado sobre ocupações “consideradas” femininas e masculinas nessa sociedade direcionam as mulheres para espaços

menos privilegiados, como a esfera doméstica. Além disso, a sexualidade feminina foi historicamente negada, ocultada e mercadorizada.

A sexualidade tem tanto a ver com as palavras, as imagens, o ritual e a fantasia como com o corpo. Ele fala da impossibilidade de se compreender a sexualidade observando apenas seus componentes naturais, esses ganham sentido através de processos inconscientes e formas culturais. Suas identidades sexuais se constituíram, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero (WEEKS, 1993, p. 6 *apud* LOURO, 1997, p. 27).

Louro (1997) menciona que as identidades de gênero estão interligadas, apesar de serem diferentes. Essas construções de que homens possuem pontos fortes de sobrevivência mais adaptáveis que a mulher, principalmente em referência a força muscular, as colocam como frágeis. Essa condição é ainda mais potencializada pela reprodução do ser humano, que, por ser gerado por uma mulher, a direciona para o mundo doméstico, dos cuidados e da reprodução do lar.

Perante a perceptividade da Gerente de Banco, esta demonstra que durante a infância percebeu as diferenças entre os gêneros, o que influenciou nesse período, sua liberdade e contato com o mundo, relatando a construção de uma concepção ruim em ser mulher, como se vê na fala seguinte:

Quando eu era criança eu queria ser homem, porque homem podia tudo, homem podia brincar a hora que queria, eu sou a mais velha e logo depois tem o meu irmão, e tenho uma caçula também, ele ia pra onde ele queria, tomar banho de represa ele ia, o que ele queria fazer ele ia, e mulher não, ah você não vai porque você é mulher, e toda coisa era assim, eu detestava ser mulher, eu queria nascer homem (GERENTE DE BANCO, 2016)

Esses são os argumentos culturais de que algumas atividades não são adequadas para mulheres exercerem, que segundo a entrevistada acima, teve uma infância de proibições “por ser mulher”, não podendo brincar de determinadas formas, ir em determinados lugares e abranger comportamentos regidos pelas construções sociais conforme o que a sociedade espera de cada gênero e a própria família.

As concepções de tarefas ditas masculinas e femininas interferem desde a infância, fortalecendo-se diante das culturas estabelecidas e geracionais, onde as

atividades tanto de crianças, adolescentes e adultos são divididas constantemente entre homens e mulheres.

As funções reprodutivas femininas aparecem no cerne da produção da desigualdade sexual. Chamo a atenção para este ponto porque ele mostra que, nessas linhas de pensamento, a “condição” feminina compartilhada pelas mulheres – e da qual se deriva a identidade entre elas – está ancorada na biologia e na opressão por parte de uma cultura masculina (PISCITELLI, 2001, p. 4).

As diferenças baseadas na coisificação do corpo da mulher, coloca-as como submissas. A frase: “Queria ter nascido homem” ainda permanece muito utilizada por mulheres, valorizando a identidade e as construções masculinizadas, com mais liberdade e acesso aos espaços públicos. No entanto, quando perguntadas sobre como é ser mulher, obteve-se como respostas uma construção identitária positiva, que demonstra sentimentos de orgulho e pertencimento em ser mulher, como pode-se perceber na fala seguinte:

Ao meu modo de ver, temos garra, temos tudo temperado, somos guerreiras, somos lutadoras, somos frágeis, somos, cara, eu nem dou conta de definir, o que realmente é a mulher, porque pra mim é um orgulho imenso, muito grande e às vezes eu não sei expressar por palavras o que eu sinto, quanto orgulho eu sinto em ser mulher, de ser mulher, de ver a mulher em si, eu vejo ela dessa forma, nós somos tudo, acho que o melhor do ser humano é ser mulher, temos carinho, temos amor, temos nervoso, temos um todo, mulher, ser mulher é o melhor, é o especial do ser humano (CAMINHONEIRA, 2016).

Tais construções de que mulheres são mais afetuosas, e que os homens possuem pontos fortes de sobrevivência mais adaptáveis que a mulher, principalmente em referência a força muscular, as coloca como frágeis e dependentes, principalmente quando elas não possuem uma consciência que identifique os processos de opressão. Essa condição é ainda mais diferenciada na reprodução do ser humano, que o ser gerado por uma mulher, a direciona para o mundo doméstico, dos cuidados e da reprodução do lar.

As funções reprodutivas femininas aparecem no cerne da produção da desigualdade sexual. Chamo a atenção para este ponto porque ele mostra que, nessas linhas de pensamento, a “condição” feminina compartilhada pelas mulheres – e da qual se deriva a identidade entre elas – está ancorada na biologia e na opressão por parte de uma cultura masculina (PISCITELLI, 2001, p. 4).

Podemos identificar na profissão de motorista de caminhão, no que tange ao espaço doméstico e com menos frequência da mulher neste espaço masculinizado, a entrevistada faz uso da emoção ao falar em ser mulher, ela faz menção a sua homossexualidade, ressaltando que isso não influencia no seu ambiente de trabalho, mesmo com um machismo acentuado e até preconceito, pois percebe que os outros a olham como masculina, pois não apresenta os padrões de feminilidade convencionais.

Ao entrevistar a caminhoneira, nota-se que ela poderia dizer que se depara com muitos machistas, devido aos caminhões estarem relacionados ao espaço do homem, como a cultura social de introjetar nos meninos os brinquedos de carrinhos. Mas ela menciona ter uma relação boa com seus colegas:

Por incrível que pareça, em si quando você trabalha com homem, é bom, de vez em quando você enfrenta uma coisa ou outra, nessa empresa mesmo que eu entrei em Brasília, tinha 30 homens, só eu de mulher, foi a primeira empresa a empregar mulher como motorista. Igual eu já falei antes, ai tinha esses trinta homens, não tem coisa melhor que você trabalhar só com homens (risos) é incrível isso que tô falando, mas é a pura verdade, tem aqueles que são contra, são machistas, e isso aquilo outro, mas na maioria deles, a gente se dá muito bem, fui muito bem tratada, eles te ajudam, são companheiros(MOTORISTA DE CAMINHÃO, 2016).

Na profissão de motorista há muitas dificuldades, muitas viagens de transporte e imprevistos com caminhão, com abastecimentos, e manutenção da profissional em si. É muito comum, segundo a entrevistada, pneus estourarem, combustível acabar, tanques furarem, e motores fundirem em perímetros urbanos distantes, o que implica em analisar que uma mulher em uma rodovia deserta, por exemplo, pode estar fragilizada diante da violência. No entanto, esses fatores são amenizados pela entrevistada, que diz se identificar com seu trabalho, mantendo um bom relacionamento profissional com os demais colegas.

Por outro lado, ao pensar em outras mulheres, principalmente as que têm filhos, a caminhoneira relata que as viagens podem dificultar a inserção de mais mulheres nesse tipo de profissão:

Tem uma amiga minha que tem filhos, que viaja muito, a família fica aqui, mas os leva nas férias da escola, então eu vejo que é ruim pra ela que é mãe né, e esse negócio de deixar avô ou avó cuidando, sei não. Isso acontece muito, mas é um vínculo que vai acabando pra criança. Tipo, mãe que tem que criar, e na nossa profissão, dependendo da empresa, a gente não tem hora nem dia de voltar pra casa (MOTORISTA DE CAMINHÃO, 2016).

Nota-se no relato acima que a profissional imputa às mulheres a responsabilidade no cuidado e criação das crianças, afirmando que “mãe que tem que cuidar”. Assim, a profissional acredita que essa escolha ocupacional é dotada de perigos para o sexo feminino, e acarreta prejuízos para a vida familiar:

São muitos os possíveis argumentos de afastamento das mulheres do universo do caminhão, um dos principais é que a motorista circula por espaços públicos e historicamente, apresentam-se tensões entre os espaços públicos e privados, sendo que o espaço doméstico é associado às mulheres e os espaços públicos aos homens (GROSSI, 1998; LOBARDI, 2006, *apud* REBELO 2013, p. 4).

A divisão entre espaços públicos e privados associou, historicamente, a mulher ao espaço doméstico. Ao adentrar espaços tidos como masculinos, observa-se o “espanto” e a “surpresa” em encontrar mulheres quebrando estereótipos e questionando a divisão sexual do trabalho tradicional, mediante mulheres no volante.

Aos 13 anos de idade, eu já dirigia, então sempre que entrava num carro, eu ficava sempre olhando, é uma fascinação imensa, pois eu dirijo por mero prazer, eu tenho esse prazer todo, nenhum momento eu tenho preguiça de dirigir. Eu nasci dessa forma, sou apaixonada na direção, a gente tem o dom né, se interessa mais, e logo depois eu tive o interesse de dirigir mais, então eu queria um carro maior (MOTORISTA DE CAMINHÃO, 2016).

Nota-se que a profissional acredita ter “o dom” da profissão escolhida tendo nascida com o direcionamento para esta profissão. Quando perguntada sobre as hierarquias de gênero no ambiente de trabalho, a caminhoneira responde não observar discriminação, nem diferenças salariais:

Não encontro tanta dificuldade neste ponto, por verem em você como uma motorista, eles mesmo tiram o chapéu pra você, tem alguns que se desfazem, e meu chefe me trata por igual, e quando eu entro na empresa eu já falo, não quero cuidados especiais, quero ser tratada por igual, meu salário é igual, eu tenho que trabalhar igual, eu tenho que exercer a profissão que estão me pagando (MOTORISTA DE CAMINHÃO, 2016).

A discriminação e o preconceito se estabelecem nas relações sociais, inclusive dentro do convívio familiar e do trabalho. Exercer profissões consideradas masculinas fogem ao padrão de profissões consideradas adequadas a cada sexo. Vale salientar que as importâncias dadas às diferenças, externalizadas no preconceito enraizado, tem gerado crimes homofóbicos, sobretudo porque vivemos em uma sociedade heteronormativa, machista e preconceituosa.

Apesar das conquistas femininas, os salários continuam desiguais. Segundo dados do IPEA, em 2014, a mão de obra feminina ultrapassou, pela primeira vez, o patamar de 70% da renda masculina, mas salários continuam desiguais. Neste mesmo ano, homens tinham o salário médio de R\$ 1.831, enquanto as mulheres ganhavam R\$1.288. As mulheres negras têm a menor remuneração, com valor médio salarial de R\$ 946, e os homens brancos com maior rendimento, de R\$ 2.393 no mesmo ano. Neste mesmo ano, eram 26,7 milhões de mulheres inativas, ante 9,1 milhões de homens inativos. Os dados ainda revelam que dois terços das mulheres inativas têm filhos, comparado a menos da metade dos homens na mesma condição. A responsabilidade familiar se impõe como uma dificuldade adicional para se inserir no mercado (DESIGUALDADE SALARIAL..., 2016).

A atividade feminina continua concentrada em setores como serviços pessoais, saúde e educação. Contudo, a tendência a uma diversificação das funções mostra hoje um quadro de bipolarização: num extremo, profissionais altamente qualificadas, com salários relativamente bons no conjunto da mão-de-obra feminina atrelar (engenheiras, arquitetas, médicas, professoras, gerentes, advogadas, magistradas, juízas, etc.), e, no outro extremo, trabalhadoras ditas de “baixa qualificação”, com baixos salários e tarefas sem reconhecimento nem valorização social (HIRATA, 2005, p. 116).

Podemos perceber que os estereótipos e preconceitos de gênero compõem as falas das profissionais entrevistadas, ratificada também pela escrivã de polícia:

A gente sabe que nessa função é melhor ser homem, porque homem tem mais força física, isso é indiscutível, e eu não sou muito dessas: “ah machismo, feminismo, essas coisas todas não”. Eu acho que cada um tem seu papel, e tem algumas funções que o homem é melhor, e tem algumas funções que a mulher é melhor, na minha função mesmo de escrivã, tem alguns casos que é melhor ser mulher pra atender mulher vítima de violência, pra atender criança vítima de violência sexual, a mulher é mais delicada pra isso, o homem não, já pra ir em trabalho de rua, em equipe essas coisas, o homem é mais forte, até emocionalmente pra isso, então, eu já fui algumas vezes em trabalho de rua, que temos um negócio chamado de “ordem de missão”, que é tipo, o delegado manda e tipo “vai” aí a gente tem que ir, se eu pudesse escolher eu ficava só na minha função mesmo, mas como nosso efetivo é pouco a gente tem que ir (ESCRIVÃ DE POLÍCIA, 2016)

Portanto, a profissional revela que a função que exerce possui um quantitativo maior de profissionais homens, e como o policiamento civil é de risco,

ela prefere que o sexo masculino exerça essa função, de atividades externas como dos agentes, preferindo não se expor no trabalho das ruas.

Porém tais divisões de tarefas perpetuadas pela presença ou não de força física, não desqualificam o trabalho feminino, já que participamos do processo de divisão de tarefas. Ressalta-se que o regime de trabalho da mesma é de plantões, exercendo trabalhos à noite, configurando assim uma contrariedade nos conceitos dos membros masculinos da família da profissional, quando a mesma foi aprovada em concurso público: “A de escritã de início ninguém queria né, por causa de delegacia, minha família queria arquitetura e a polícia não, e meu pai falou: então faz, passei e hoje todo mundo aceita, tranquilo”(ESCRIVÃ DE POLÍCIA, 2016).

Os compromissos domésticos ou uma possível contrariedade dos maridos ou pais das policiais civis são um dos argumentos mais utilizados para justificar a exclusão de mulheres do trabalho noturno. Sob tais justificativas, encontra-se a noção relacionada à incapacidade feminina de imposição frente às pessoas agressivas ou de autodefesa, em caso de agressão física (HAGEN, 2006 apud LOCATELLI et al, 2013, p. 24)

Porém, a desvalorização da atuação feminina é ratificada pela divisão de tarefas ditas apropriadas para homens e mulheres, favorecendo assim a discriminação por parte de colegas de trabalho, quando assim se dividi as posições na referida profissão. Assim como menciona a profissional:

Tem colegas que querem ser melhor que os outros colegas homens, e principalmente com nós mulheres, comigo não aconteceu, mas não deixa de existir em um ambiente que tem só homens e eu de mulher, o arzinho de crítica e de superioridade de colegas que não são chefes e querem se achar. Mas tipo assim, um certo machismo, de querer aparecer, porém não me afeta em nada, porque cada um exerce sua função né (ESCRIVÃ DE POLÍCIA, 2016).

A profissional dentista também enfatiza nessa linha de pensamento que: “acho que a gente que impõe a presença da gente, a gente passa o respeito, passa a segurança, e a partir dai isso vai só melhorando, vai só fluindo também”. (DENTISTA, 2016)

A não valorização da mulher e os dons ou habilidades ditas femininas são apropriadas pelo capital para a exploração da força de trabalho, pois, as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres – ao serem vistos como atributos naturais, extensões de habilidades próprias do gênero feminino – são consideradas dons e não trabalho (...) essa desvalorização faz com que muitas mulheres não se percebam como trabalhadoras, não construindo, portanto, a identidade com sua classe. Isso faz com que muitas mulheres se

acomodem não se organizem e nem participem politicamente das lutas da classe trabalhadora. Deixam também de assumir cargos em associações, sindicatos ou na direção de movimentos sociais, o que contribui diretamente com o capital, pois significa menos pessoas em confronto com esse sistema (CISNE, 2012, p. 114).

A atuação diante das profissões exercidas necessita enfrentar a discriminação contra a própria atuação, onde é necessário adquirir respeitabilidade dentro de locais de trabalho. BENDASSOLI (2012 p. 38) diz que “o reconhecimento é amiúde tratado como elemento-chave da relação do sujeito com o trabalho e a organização, com implicações diretas nos processos motivacionais e nas percepções de valorização do trabalhador e de justiça”. O referido autor aponta que o reconhecimento favorece o trabalhador, tanto nas construções de identidades, como em sua saúde, sendo fundamental nas estruturas comerciais.

Em consonância com seu reconhecimento enquanto profissional, a gerente de banco acredita que ser “mulher é sinônimo de feminilidade”, atribuindo importância significativa à imagem corporal/estética da mulher. A profissional reproduz uma fala preconceituosa sobre mulheres que fogem ao padrão que a mesma acredita ser o modelo de beleza a ser seguido:

Eu observo assim, que o fato de uma mulher se interessar por outra mulher, é uma questão de opção mesmo, ela se interessou e pronto, agora não consigo entender porque mudar tanto a vaidade, o corpo, a forma de se vestir, o cabelo, tentar virar uma outra pessoa, não entendo. Porque mulher é sinônimo de feminilidade, de vaidade, de beleza. Acho que é questão psicológica mesmo, ai não me enquadro nesta área pra explicar e entender. Não sei por que de ficar se vestindo de qualquer jeito, porque não teria que ser, tem outras que não se cuidam, que acham em determinado ponto que não faz diferença estar bem arrumada, aquelas que depois de casada muito tempo ai que não se importam mesmo (GERENTE DE BANCO, 2016).

Percebe-se que a fala é conservadora e que reproduz a ideia de que mulher tem que estar sempre arrumada, e se vestir inadequada para os padrões femininos não seria “natural” a uma mulher, ou que isso a tornaria menos social ou menos feminina. Essencial explicar que isso foi/é ensinado às mulheres desde a primeira infância, reproduzindo valores relacionados ao feminino e que mulheres devem ser doces, gentis, sensíveis e vaidosas.

O papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo. Esse papel começa a ser construído desde que o(a) bebê está na barriga da mãe, quando a família de acordo à expectativa começa a preparar o enxoval de acordo ao sexo. Dessa forma, cor de rosa para as meninas e azul para os meninos. Depois que nasce um

bebê, a primeira coisa que se identifica é o sexo: “menina ou menino” e a partir desse momento começará a receber mensagens sobre o que a sociedade espera desta menina ou menino. Ou seja, por ter genitais femininos ou masculinos, eles são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, mídia, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir, de atuar (CABRAL, DIAZ, 1998, p. 1).

As concepções construídas culturalmente sobre o que é ser mulher, a gerente de banco também explana que além da vaidade, a mulher é mais sensível e tem características mais apreciáveis que o homem: “Ser mulher é sempre ser feminina, ser a parte mais sensível, e estar sempre lutando, mesmo que a mulher tenha algumas características fortes, ela sempre vai ser a mais sensível. Ela que vai chorar com mais facilidade, ela que vai ceder mais, em todas as situações.” (GERENTE DE BANCO, 2016).

Tal percepção aponta que a divisão entre os gêneros na sociedade permanece desigual, relacionando-as a fragilidades, ao choro, sensibilidade e ao cuidado com outros. Assim, a “inculcação de possíveis virtudes femininas na sociedade, como passividade, submissão, doçura e fragilidade, leva a criação de uma incompatibilidade entre a feminilidade e a produtividade, o discurso criado é o da superposição das obrigações domésticas e maternais sobre qualquer atividade profissional das mulheres” (NASCIMENTO, 2016, p. 341)

Louro (1997) argumenta que essas distinções justificam desigualdades e aparecem como imutáveis:

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — e justificar — a desigualdade social (LOURO, 1997, p. 20).

A autora explana que “não são critérios sexuais que irão distinguir o homem e a mulher, ou seja, os órgãos genitais em si, e sim o valor que as construções culturais sobre cada sexo, transmitem a cada sexo” (id., 1997, p. 20). A gerente de banco, por exemplo, associa as mudanças de humor e a menstruação como fatores negativos e de sofrimento por ser mulher: “É horrível, a gente muda totalmente, eu falo por mim, no sentido de humor mesmo, sem paciência, é um período assim muito, tipo, tudo é muito intenso, às vezes eu tô muito nervosa, com

vontade de chorar, de um minuto pro outro, é um período que eu acho horrível” (GERENTE DE BANCO, 2016).

E como incremento a essa característica natural à mulher, a referida profissional completa juntamente com a escritã e a dentista que a dupla jornada de trabalho ou até a tripla sobrecarregam-nas, sendo elas as responsáveis pela maioria das atividades da casa:

Ser mulher é ter uma vida agitada, com vários afazeres, no trabalho, na casa, família, etc. Porém de grande prazer, você consegue ser feminina, você consegue trabalhar, você consegue ser mãe, eu ainda não sou mãe, mas quero ser, mas você tem muitas tarefas, então você se sente útil, Então isso é bom. Mas ser mulher mesmo também é ser cobrada muito, porque você tem jornada tripla se brincar, e tem que fazer todas bem” (ESCRIVÃ DE POLÍCIA, 2016).

Ela menciona que ser mulher é estar sempre atarefada, exercendo atividades “consideradas” femininas. Mesmo diante de tantos afazeres, tanto na vida privada como pública, com tantas atividades, a entrevistada dentista diz que “é gratificante”:

Adoro ser mãe, adoro ser esposa, tenho minha profissão que eu amo também, acho que às vezes a gente fica meio sobrecarregada, porque a gente tem responsabilidade demais, mas acho mesmo assim que é uma benção de Deus, pois temos o poder de ser mãe, de gerar uma vida. Quando você tá aqui no consultório você é a profissional, saindo daqui você é mãe, esposa, agora que eu consegui minha casa do lado do meu consultório, mas não era assim, pois consegui conciliar bem as tarefas, até achei que no início ia me dar um pouco de trabalho porque achei que ia misturar muito as coisas, mas no final a gente conseguiu separar bem, contratei uma secretária pra ajudar, não que eu more do lado que eu tenha que estar à disposição de casa, é mais prático, mas não atrapalha (DENTISTA, 2016).

A dentista enxerga que o excesso de tarefas, cobranças e obrigações pode ser caracterizado como “benção de Deus”, não problematizando as hierarquias e a distribuição desigual das tarefas como uma construção social. Ao falarmos sobre distribuição desigual de tarefas, nos faz coerente mencionar as tarefas as quais os homens não estão ou não foram acostumados/ensinados a exercer no âmbito doméstico, como cuidado com bebês e idosos e limpeza do ambiente doméstico.

HIRATA e KERGOAT (2007) esboçam as relações entre esfera doméstica e profissional em relação ao vínculo que as mulheres possuem com o lar e o campo profissional, tipificando que a conciliação:

Visa articular as atividades familiares e domésticas com a vida profissional. É uma condição necessária da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, em particular no âmbito profissional [...]. Uma eventual recomposição e uma nova divisão de papéis se realizariam, assim, não mais em detrimento das mulheres, mas em benefício comum de homens e mulheres (LAUFER, 1995, p. 164 apud HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 604).

Em geral, para os homens o ambiente doméstico resulta em espaço de lazer e descanso e para as mulheres um campo de trabalho extremamente acumulativo e repetitivo.

O setor bancário é apelidado em alguns contextos como “gueto feminino”²⁸. De acordo com o IBGE (2010), 57.450 trabalhadores foram admitidos no setor bancário de janeiro a dezembro de 2010, sendo que as mulheres ocupam 53% do total de vagas criadas, totalizando 12.735 novos postos de trabalho, enquanto 11.297 ou 47% são ocupados por homens (OLETO, 2011, p. 18)

No entanto, a gerente de banco pontua características ruins e prejudiciais na contratação de mulheres no setor bancário, colocando a maternidade como fator negativo no ambiente de trabalho:

Esse fato de ser mulher prejudica, por exemplo, quando eu fui trabalhar nessa área financeira, a visão de quem trabalha em uma instituição financeira é: o homem que vai demonstrar mais segurança, mais confiança, pro público em geral, e também o homem não engravida, ele consegue ter um período sempre constante no relacionamento com os clientes. A mulher pode cortar esse relacionamento a qualquer momento com a gravidez, ai acabou irá ficar 4, 5 meses fora, então isso é um ponto negativo (GERENTE DE BANCO, 2016).

NASCIMENTO (2016) esboça que o fato da mulher trabalhadora ser mãe a condiciona a enfrentar processos preconceituosos, devido a sua descontinuidade de trabalho perante a licença, por exemplo, isso se verifica na transformação ou importância dada em algo que é natural, construindo diferenças e discriminações.

Importante ressaltar, que a sociedade necessita para sua sobrevivência do nascimento e socialização de novas gerações, o que revela que a maternidade não pode ser encarada como problema exclusivo das mulheres para continuidade de sua atividade profissional. Portanto, é fundamental a criação de mecanismos que possibilitem a realização de atividades ocupacionais das mulheres, como é o caso da licença maternidade. (...) é uma falácia dizer que com a maternidade aumentam-se os gastos dos empregadores com em relação ao trabalho feminino (NASCIMENTO, 2016, p. 342)²⁹

²⁸ SEGNINI (1998)

²⁹ Segundo Araújo (2007) pesquisa recentemente realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 5 países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguai) mostra que

Neste sentido, a fala da frentista pode colaborar com tal análise, diante da peculiar visão de negatividade sobre a feminilidade e o processo reprodutivo.

Olha, tem muito tempo que trabalho aqui nesse posto, então quando mudou de dono, os boatos era que ele ia tirar todas as mulheres, e isso era que nos outros postos, ele só trabalhava com homem, mas ainda bem que era mentira, porque eu não queria sair, mas ficamos com medo quando as meninas começaram a engravidar quase pertinho uma da outra, diferença de 3 meses só, e nem sei dizer mas pegaram licença uma atrás da outra, uma saía hoje, e a outra voltava, e as que não tavam grávidas ficavam, e quando tava acabando de aparecer mais buchudas, ai outra aparecia, ai tinha que contratar mais, então era ruim pro chefe, ai os boatos voltaram dizendo que ele ia rever isso porque tava ficando chato (FRENTISTA, 2016).

Essa exclusão das mulheres se perpetua constantemente, porém é necessário verificar que mesmo se ausentando elas retornam, mais capazes e objetivadas. Ao serem indagadas sobre como avaliam as conquistas femininas na sociedade, a gerente de banco responde:

O que chega a surpreender é o que a mulher tem conquistado, o fato atual é uma mulher conseguir um cargo tão alto, como de presidente, teve a presidente da argentina, a ministra lá dos EUA que teve uma representatividade muito grande, então isso ainda me surpreende no sentido do que a mulher tá conquistando né, a gente olhar pra trás, uns 30 anos atrás tá muito próximo, mas a gente não conseguia ver (GERENTE DE BANCO, 2016).

A desigualdade de gênero na política é bastante notória diante das reflexões da última eleição presidencial no Brasil, sendo mencionada a lei de cotas, Lei 9.504/95, que visa diminuir essa desigualdade. No entanto, a ascensão de mulheres aos cargos mais elevados e valorizados ainda é inferior e os casos citados pela entrevistada ainda se configuram como exceções nos espaços de trabalho político, como pontua Saffioti (1987):

São pouquíssimos os casos de mulheres que desempenharam ou desempenham a função de primeiro-ministro, como Indira Gandhi, Golda Meir e Margaret Thatcher. No mundo inteiro, o número de mulheres nos órgãos legislativos (no Brasil, câmara de vereadores, assembleia legislativa, câmara federal e senado) é insignificante. O mesmo se pode afirmar sobre a presença feminina nos partidos políticos. No caso destes, quando a mulher participa, em geral se encarrega de funções menores, sendo rara sua presença em cargos de mando (SAFFIOTI, 1987 p. 48).

esta visão de custo maior do trabalho feminino é mais um mito do que um dado, isto porque o custo do salário não recai diretamente sobre os empregadores, mas é pago pelo sistema de seguridade social ou por fundo público dos países pesquisados.

Com a inserção das mulheres cada vez mais no mercado de trabalho, o contato com o público e as relações de trabalho se tornam inevitáveis, fatores estes vistos como positivos pela gerente de banco, pois a inserção de mulheres em bancos é uma estratégia do capital, com objetivo de baratear os custos com o trabalho, no entanto, também representa um posto de trabalho possível a elas, uma conquista das mulheres em posições mais valorizadas.

Eu gosto muito de atendimento ao público, sempre gostei de conversar, de me relacionar, sempre fui muito comunicativa, e sempre tive afinidade com números, na área de exatas sempre me sai bem, tanto que todas as provas que eu faço assim, eu não tenho dificuldades, até hoje a gente tem alguns treinamentos que a gente precisa fazer, eu sempre tiro de letra. Quando fui pra atendente ou escriturário na época, dava a entender que eles sempre queriam homens, às vezes até com as perguntas mesmo, no sentido de quanto tempo de casada, se eu queria ter filhos, e se eu tivesse um filho como seria, e qual seria minha prioridade. E no final do processo seletivo era contratado um homem. Nesse momento eu senti uma discriminação. Teve uma pessoa que falou assim “há eu sempre pensei que uma mulher não era uma boa gerente”, aí ele falou que acha que ia mudar de ideia depois de ter visto meu trabalho, e eu entendi que pra ele mulher não podia exercer essa função. A gente ainda ouve coisas desse tipo (GERENTE DE BANCO, 2016)

Ao alcançar um posto de maior destaque e poder, a profissional relata uma situação de preconceito, sendo questionada quanto a sua legitimidade e competência em relação ao cargo. Através do trabalho, as mulheres vêm buscando autonomia, valorização e independência financeira, porém com salários ainda baixos.

A inserção das mulheres nos bancos não foi somente uma “conquista” das mulheres num local antes reservado ao masculino, uma simples substituição ao trabalho dos homens. Foi também, ou mais do que isso, o que a autora considera uma “estratégia do capital”, ou seja, as mulheres preencheram as vagas geradas pelo processo de automação de bancos, os quais necessitavam de mão-de-obra barata para os serviços mais repetitivos e manuais (GEROLETI, 2011, p. 5, *apud* SEGNINI, 1998)

Diante disto, em algumas seleções as mulheres são desclassificadas por serem mulheres, sinalizando que o mercado de trabalho estabelece critérios discriminatórios nas seleções, e em muitas situações colocando a maternidade como fator negativo. A CLT ampara as mulheres gestantes e trabalhadoras, em seu Arts. 391, seção IV, paragrafo único:

Art. 391 - Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

Parágrafo único - Não serão permitidos em regulamentos de qualquer natureza contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.

Art. 391-A. A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea *b* do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória.

Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário (BRASIL, 2016, ARTº 191).

Evidentemente a gravidez não pode ser percebida como um elemento de depreciação da participação feminina no mercado de trabalho até porque para algumas pessoas, o local de trabalho se torna um lar, como a entrevistada relata, ocorrendo às vezes de ser inclusive o primeiro antes da própria casa:

Tem pessoas que acham que é difícil de trabalhar com mulher, porque nós somos bipolares, por causa do humor. Na verdade todos os lugares que eu trabalhei não tive dificuldades de relacionamentos, sentia sempre uma falta por estar perdendo um ciclo de amizade quando saía, hoje gosto sempre de cordialidade no local de trabalho, porque a gente passa mais tempo nele. Se for um lugar ruim, se já for querendo que o dia acabe logo, porque tá ruim, é horrível, porque se a gente for pensar, a gente fica mais com os colegas de trabalho, do que com a família. Em casa, você só descansa e dorme. De seis a oito horas por dia você tá dormindo (GERENTE DE BANCO, 2016).

A profissional afirma que convive com pessoas de opiniões muito diferentes, inclusive há as que afirmam que mulheres são mais difíceis de trabalhar, pois apresentam muitas mudanças de humor. No entanto, sua relação com o trabalho é de identificação, tanto que convive mais com os colegas de trabalho do que com familiares, conforme relata.

Quando perguntadas sobre diferenças salariais entre homens e mulheres, as entrevistadas dizem observar desigualdades na renda auferida e na ascensão profissional, como pontua a gerente de banco:

É muito notório isso, os salários são desiguais, às vezes o homem consegue conquistar um salário bom sem necessidade de uma qualificação na área, então pelo fato de ser homem, ele consegue. A mulher às vezes tem que se esforçar mais, ela mostrar a capacidade de exercer aquela função, enfim, nesse sentido, questão de renda mesmo, sabe. Acho que tem essa questão do homem ser mantenedor, acho certo que ele sustente a casa, mas não acho certo, dele estar na mesma posição e ter uma renda diferente, vejo essa tamanha desigualdade (GERENTE DE BANCO, 2016).

Percebe-se assim que as mulheres tem que provar competências e habilidades no trabalho, o que as diferem de homens, que por muitas vezes, auferem melhores salários, sem ter que provar qualificação. A gerente de banco deixa claro que percebe a divisão sexual do trabalho em sua profissão, aonde as desigualdades permeiam seu ambiente laboral.

No Brasil, no ano 2000, cerca de 24% dos cargos de diretoria, no setor formal, são ocupados por mulheres (BRUSCHINI, PUPPIN, 2004, p. 105). As autoras mencionam também a jovialidade das mulheres em relação aos homens nesses cargos, ao seu tempo maior no cargo exercido e a escolaridade elevada, mesmo recebendo menos. Porém:

A melhora no nível de qualificação não se traduz por uma melhora equivalente da posição das mulheres no mercado de trabalho. O aumento da formação das mulheres ocorre dentro dos limites do caráter sexuado das carreiras. A segmentação dos estudos e dos empregos segundo o sexo é hierarquizada, pois os empregos ditos femininos oferecem menos oportunidades de carreira e remuneração inferior. A mobilidade profissional das mulheres é bastante difícil, assim como a valorização de seus diplomas (RICHARD, 2003, p. 63 *Apud* MAGALHÃES, SILVA, 2008, p.10).

Como citado, mulheres exercendo atividades masculinas vem aumentando significativamente, ampliando as ocupações e profissões para além das naturalizadas:

As mulheres estão se qualificando em áreas predominantemente masculinas, para o discurso corrente, uma prova de conquista da liberdade, mas os guetos de atividade se mantem enormemente, as próprias mulheres que conseguem se inserir em outros ramos de atividade muitas vezes estão ocupando os âmbitos ditos femininos. Esse é uma expressão da divisão social do trabalho contemporânea, âmago das relações de produção, confirmando que a possibilidade conquista da liberdade feminina se encontra na superação da atual ordem social. A conquista é na verdade uma adequação a complexificação das relações sociais norteadas pelas próprias necessidades da produção. Ora não é por atraso das relações de produção que as mulheres acabam por ser superqualificadas para as atividades que ocupam, constituindo-se como força de trabalho precarizada (MAGALHAES, SILVA, 2008, p.10).

Diante da cultura machista perpetrada na sociedade, a gerente de banco se incomoda e se sente inconformada com o excesso de valorização dos atributos relacionados à beleza da mulher, em detrimento de suas qualidades e competências profissionais. A profissional nota o assédio que as mulheres sofrem na sociedade e não aceita este ato como algo natural, no entanto, não toma atitudes sobre esse fato, preferindo “relevar” e “ignorar”:

O que a gente ouve é assombroso, é o fato dos homens tratarem as mulheres como objeto sexual. Estar dentro de um ônibus e ser assediada, isso é algo que eu vejo que é desigual, desrespeitoso, você não ouve homem dizer: "fui assediado por uma mulher, fui apalpado por uma". Acho que toda mulher sente isso e se coloca no lugar da outra e toma as dores mesmo. Algumas coisas que eu não gosto é ser vista como objeto sexual em alguns espaços, pois ninguém vê que você é competente, é profissional e conquistou seu espaço, às vezes há comentários como "ela conquistou isso porque é bonita". O olhar diferenciado com malícia já me incomoda, mas é relevar, e ignorar (GERENTE DE BANCO, 2016).

Temos na atualidade as discussões em volta da cultura do estupro, pessoas³⁰ culpando as vítimas, imputando à elas a responsabilidade pelo crime. É preciso exceder a lógica da culpabilização posta a elas. De modo que, a violência cometida contra a mulher: "[...] configura-se como uma expressão da questão social devendo ser enfrentada mediante políticas públicas que se efetivam por meio de lutas coletivas protagonizadas pelos movimentos feministas que reivindicam uma sociedade mais justa e livre (LOPES, 2013, p. 7 *apud* CASTANHEIRA, 2016, p.68).

O assédio moral e sexual constrange institucionalmente, configurando-se como crime, previsto de punição através do código Penal em seu artigo 216-A: "Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena: detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos; § 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos." (BRASIL, 2016, ART. 216A).

As mulheres não somente são mais frequentemente vítimas, como também são assediadas de forma diferente dos homens: as conotações machistas e sexistas estão muitas vezes presentes. O assédio sexual não é mais do que a evolução do assédio moral. Nos dois casos, trata-se de humilhar o outro e considerá-lo um objeto à disposição. Para humilhar, visa-se o íntimo. O que há de mais íntimo que o sexo? (HIRIGOYEN, 2010, p.99 *apud* DINIZ, 2015, p. 3).

Essa violência também ocorre no traslado realizado pela mulher ao seu trabalho, pois até uma parada de ônibus pode ser inseguro. O fato é que as

³⁰ Essas pessoas podem ser indivíduos quaisquer na sociedade, mas o que tem indignado algumas vítimas é quando agentes jurídicos responsáveis por defender, neste caso, as mulheres, as culpabilizam, inferiorizando-as diante das acusações e tornado deste modo difícil a procura pelos aportes jurídicos. A marcha das vadias é um movimento que obteve grande repercussão, devido a afirmação de um depoimento policial de que a culpa é das mulheres por tais violações. Carla Gomes e Bila Sorj apresentam um artigo sobre esta temática: **Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007

mulheres são cada vez mais cerceadas de seu direito de ir e vir. Faz-se necessário e urgente o combate de assédios e violência contra as mulheres,

Podemos notar que ainda hoje o espaço público é muitas vezes restrito a mulher que não pode usá-lo de forma autônoma. A mulher que circula de outras maneiras pode muitas vezes ser alvo não só de comentários negativos, mas até mesmo de violências. Em um contexto mundial, surgiu, recentemente, como resposta a essas violências sofridas pelas mulheres culpabilizadas por não circularem “devidamente” com roupas e em horários apropriados (REBELO, 2013, p. 4).

Os discursos sexistas configuram uma educação baseada nas diferenças sexuais, ao estabelecerem padrões de ensinamentos sobre o que é mulher ou homem, isso dissemina uma educação sexual discriminatória, machista e opressora. O indivíduo internaliza essa educação, pois as gerações já formadas, preparam as gerações em formação a receberem a cultura que possuem, reproduzindo o ajustamento “adequado ou inadequado” para cada gênero.

Se as relações de gênero estruturadas a partir da diferença sexual são um dos mecanismos que tem sido usado para determinar condições desiguais entre homens e mulheres, então é a partir da educação e reeducação nesse campo que poderemos conseguir um nível de relações mais justas. E nesse caso, a educação sexual é um dos espaços mais importantes para trabalhar essa questão, tão estreitamente ligada ao contexto da sexualidade (CABRAL, DIAZ, 1998, p.4).

Os autores destacam a importância de uma educação sexual que transmita e ensine relações mais justas e baseadas no respeito e na igualdade, onde as ações cotidianas façam parte da reflexão crítica, respaldada na igualdade. O enraizamento de posições machistas aparece no relato da gerente de banco, ao mencionar um colega de trabalho com comportamentos e falas preconceituosas sobre as mulheres no trabalho e no ambiente doméstico:

Eu lembro que um colega casado a mais de dez anos não deixava a esposa dirigir e nem tirar a habilitação, tudo ele controlava, mulher não pode isso, nem aquilo, teve colegas que trabalharam com ele e ele falava assim, “por isso eu não gosto de trabalhar com mulher”. Né, ele ocupou um cargo de chefia, e falava que mulher nasceu pra ficar em casa e não trabalhar fora, ele sempre usava esses termos assim, ai ele sentiu necessidade de fazer faculdade, ele fez e com dois anos de estudo ele mudou. Que agora acha boa a independência da mulher porque ela leva o filho na escola, busca, quer ir no mercado vai só, que agora ela não toma o tempo dele e tal. Faltava abrir a mente né. Deve ter aprendido com os pais dele. Hoje ele é mais sociável (GERENTE DE BANCO, 2016).

Portanto, direitos iguais entre homens e mulheres sempre foi uma luta árdua para as mulheres, enfrentando uma sociedade com costumes patriarcais e abordagens sexistas, como sinalizou a fala acima. Acentuando assim, as diferenças nas relações sociais, envolvidos na base material do trabalho.

Dependendo da profissão que escolheram, a discriminação contra a mulher tem se mostrado mais forte, como tem sido constatado em numerosos estudos e pesquisas. Em geral, essa discriminação não é explícita, o que torna mais difícil para as mulheres identificá-la e reagir a ela. Invariavelmente a discriminação parte dos homens, normalmente, dos colegas de profissão que estão no mesmo nível. Uma das causas é o receio de que a colega venha a competir com eles por melhores posições na empresa. A minimização desse problema começa primeira pela conscientização de que ele existe. É muito comum as mulheres não se darem conta do processo de discriminação e reagirem trabalhando mais e mais, o que, por sua vez, alimentará a resistência dos colegas. Estão aí os ingredientes para o, atualmente, tão discutido assédio moral no trabalho (LOMBARDI, 2007, p. 4).

Com um acréscimo de 25 milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2002, as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa. Enquanto as taxas de atividade masculina mantiveram-se em patamares semelhantes - entre 73 e 76% em praticamente todo o período, as das mulheres se ampliaram significativamente. Se em 1976, 28 em 100 mulheres trabalhavam, adentramos o novo milênio com a metade das mulheres trabalhando ou procurando um trabalho (FALA MULHER)³¹.

Com o trabalho feminino presente em áreas até então masculinizadas, a frentista relata suas atividades e o incômodo em ser observada como objeto pelos homens diante das atividades exercidas:

Somos mulheres mexendo com combustível, com troca de óleo, com completar o óleo do motor, por vender produtos, e saber pra qual carro é o mais correto e pra caminhão também. Mexer com estopa, com filtros, com aditivos certos pra cada tanque. Limpar para-brisas, completar a água, e nos caminhões mais altos, é difícil de lavar o para-brisa, muié! Sem falar nos carotes que são os interclimas das cabines dos caminhões que a gente tem que subir pra encher, e os motoristas ficam olhando pro nosso traseiro (FRENTISTA, 2016).

Em postos de combustíveis os frentistas, ou flanelinhas, são em sua grande maioria homens, no entanto, ela não se sente constrangida, muito menos

³¹ FALA MULHER. **Sobe o número de mulher em posto de gasolina.** Disponível em: <http://www.marcocezar.com.br/colunas/?codTexto=377>> Acesso em: 24/02/2017

incapaz para exercer uma gama de atividades extensas e complexas, o que a incomoda frequentemente são os assédios sofridos, como relata.

Assim, trabalhando em um local de trabalho considerado masculinizado, a entrevistada não se intimida e afirma que a relação entre os superiores é harmoniosa, e há no seu local de trabalho um quantitativo significativo de mulheres nas mais diversas áreas:

A maioria aqui são mulheres, na pista são mulheres, nos caixas também, e no escritório só tem mulher, desde o financeiro, ao comercial, ao escritório e no posto todo. Também tem as recepcionistas do hotel, a gerente do restaurante, as caixas de lá também, tudo fema (risos) as mulheres estão dominando (FRENTISTA, 2016).

A Frentista afirma que muitos clientes não querem mulheres abastecendo seus veículos, porque não acreditam na competência da mulher trabalhando em um lugar que historicamente foi masculinizado. E observa que, ao contrário do que muitos clientes machistas pensam, ela já vivenciou situações em que mulheres demonstram muita competência no trabalho, como no relato abaixo:

Uma vez eu vi uma cliente que trocou de caminhão e pegou uma carreta com dois reboques, aqueles que parecem um trem, e o colega dela não deu conta de estacionar perto das bombas que eu ficava, então ela estacionou o dela, depois o dele, porque ele não deu conta (risos), eu mesmo morri de rir, e como gosto de conversar muito, fiquei falando nisso o dia todo (FRENTISTA, 2016).

Então as capacidades femininas ultrapassam o olhar preconceituoso e questionam a divisão sexual do trabalho. Frentistas mulheres hoje no Brasil estão ocupando espaço no mundo do trabalho, mas a entrevistada observa que o assédio é constante em seu ambiente ocupacional, mostrando que as mulheres estão mais vulneráveis a assédios e violência:

Os clientes elogiam muito, mas a maioria é caminhoneiro, então alguns passam muito tempo viajando e querendo conversar, eles são carentes de diálogo, querendo uma mulher pra ficar mesmo. Tem até uma cabaré aqui perto, e tem umas que entram nos caminhões escondido ai mesmo. E tem outros que não pode dar espaço, que se abre igual para queda (risos), dando em cima, meus colegas fazem os trabalhos deles e nos fazemos o nosso (FRENTISTA, 2016).

Assim podemos verificar e tipificar neste caso o assédio moral, que “é um abuso moral emocional no local de trabalho, que aparece de forma maliciosa, sem conotação sexual ou racial, com o fim de afastar o empregado das relações

profissionais, por meio de boatos, intimidações, humilhações, descrédito e isolamento” (MERCUCCI, 2010, p. 1). Para tanto:

O assédio moral como fenômeno social de tempos antigos, mas de reconhecimento recente, deve ser analisado, no tocante a sua caracterização jurídica. É necessário que se comprove a natureza psicológica do dano causado pelo assédio moral, provocado por uma conduta prolongada no tempo e que tenha ocasionado o desencadeamento de uma doença psíquico-emocional, constatada por meio de avaliação médica ou psicológica capaz de verificar o dano e o nexo causal relacionado ao meio ambiente de trabalho (id, 2010, p. 5).

A profissional observa que sua capacidade é colocada em dúvida constantemente, principalmente porque sua profissão é associada ao sexo masculino e os homens estão mais habituados ao mundo dos carros. Ela relata o olhar preconceituoso de clientes e a dúvida sobre sua competência no exercício da ocupação.

É uma humilhação você querer ajudar em algo que só homem faz, e te olham e dizem: “será que ela da conta?” Quando eu falo que o carro de fulano precisa de troca de óleo, de aditivo e de anticorrosivo que eu mais vendo, eu vejo qual é o carro e explico certinho pra pessoa. Mesmo assim ela fica com dúvida (FRENTISTA, 2016).

Mesmo diante das adversidades, preconceitos e desafios do ambiente do posto de combustível, a frentista ocupa o cargo a seis anos, sendo uma das funcionárias mais antigas e respeitadas, segundo ela, pois vende muitos produtos e atende mais que todos. Em outros países, como os Estados Unidos, a profissão de frentista inexistia, visto que os próprios clientes abastecem e pagam, mas no Brasil a importância dada aos frentistas se encontra na Lei 9.956 que proíbe funcionamento de bombas de auto-serviço (o próprio cliente, paga, abastece e lava seus carros), aplicando-se multas em caso de descumprimento da legislação. Criada em 2000 por Aldo Rebelo, a legislação teve o objetivo de não extinguir os empregos de frentistas, hoje contando 500 mil empregos, segundo a Fenepospetro, Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados do Petróleo. (QUATRO RODAS, 2015).

O frentista aqui no Brasil é uma segurança para o posto e ajuda a cuidar do carro. Nem todos estão dispostos a limpar seu próprio vidro, ou a verificar o nível de água no radiador, ou ainda colocar o combustível. E, infelizmente, há muitos aproveitadores que colocariam o combustível e sairiam sem pagar. Aqui há um profissional que já está acostumado a fazer isso. Acho

que em alguns casos falta um treinamento apropriado para garantir uma maior segurança de todos no posto. Enfim, há coisas que são costumes lá fora, mas não se aplicariam na nossa realidade (AUTO ESPORTE, 2008)

Uma das consequências dos movimentos feministas pode ser percebida na fala da escritã de polícia, que também é graduada em arquitetura, mostrando que o acesso das mulheres em diversas áreas, tem se ampliado e progredido. Hoje as mulheres se qualificam mais, exercendo as mais diferentes funções, como percebe-se na entrevistada abaixo:

Eu terminei a faculdade e tava desesperada, eu trabalhava num aeroporto terceirizado, e eu queria passar num concurso, e sai fazendo tudo que era concurso, aí passei nesse e hoje eu gosto da profissão de escritã, eu acho bom, porque é uma profissão que não tem rotina, todo dia é uma coisa, todo dia você enfrenta uma coisa, e o de arquitetura eu não exerço assim, eu faço alguns projetos, mas eu não sou aquela pessoa, tipo eu vivo disso, então eu faço bico de arquitetura e sou escritã (ESCRIVÃ DE POLÍCIA, 2016).

Dados sobre a escolaridade feminina mostram que em 2007 as mulheres compuseram 57% do grupo que têm 12 anos de estudo e mais da metade do grupo entre os que têm de 9 a 11 anos de estudo. Os dados registram o crescimento da presença feminina em cargos de chefia, gerência, administração de empresas e em profissões técnicas e científicas de prestígio, como arquitetura, medicina, engenharia e odontologia (NEVES, 2012, p. 13 *apud* BOLZAN, 2015, p. 319).

A maioria das entrevistadas não observou dificuldades para acesso ao mercado de trabalho, como a escritã que relata passagem por outras profissões no mundo do trabalho:

Eu já trabalhei de secretaria, de vendedora, de professora, não senti dificuldades, porque a maioria eram mulheres mesmo, fui professora de primário quando eu fazia pedagogia, e dava aula pra criancinhas de escola particular, alfabetização, e era maioria mulher, acho que não tinha nenhum homem professor nessa época, dessa escolinha, e nos outros a maioria era mulher, esse agora que é mais homem porque foi concurso, não tem que escolher muito com quem trabalhar (ESCRIVÃ DE POLÍCIA, 2016).

Segundo esta, é possível perceber que é imprescindível ter uma mulher ou mulheres no quadro efetivo de delegacias que atendem determinados casos, como vítimas de violência doméstica e crianças em situação de abuso sexual. As

atividades das DEAMs³² têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas no respeito aos direitos humanos e nos princípios do Estado Democrático de Direito (Norma Técnica de Padronização – DEAMs, SPM: 2006). Com a promulgação da Lei Maria da Penha, as DEAMs passam a desempenhar novas funções que incluem, por exemplo, a expedição de medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo máximo de 48 horas (DEAMS, 2010).

A DEAM de Miracema, por exemplo, registrou em 2013, “124 inquéritos, 37 flagrantes, 10 estupros, e as principais ocorrências são de lesões corporais e ameaças. Ainda segundo a delegacia nos três primeiros meses de 2014 já foram registrados 18 casos de violência contra a mulher” (CASTANHEIRA, 2016, p. 15). Os dados de Miracema mostram que esta expressão da questão social é latente na sociedade e deve ser combatida com políticas públicas.

A profissional frentista relata ter medo de sofrer violência e ressalta as falhas na legislação, uma vez que muitos estupradores estão soltos. Ressalta a necessidade de mudanças na sociedade para que as mulheres não tenham medo de andar na rua, de saírem de casa:

Acho que a lei no Brasil não funciona, olha o tanto de mulher sendo estuprada ai, por simples crueldade, porque não damos conta da força de um drogado, ou um psicopata, pois esses são piores que o capeta, quando estão transtornados, porque pra mim esse povo não é normal. E os estupradores sendo soltos, pelo amor de Deus, que país é esse. Oro todo dia pra isso não acontecer comigo, porque a justiça não faz muita coisa, Precitaria mudar isso (FRENTISTA, 2016).

Para tanto nos termos da política nacional de enfrentamento a violência contra a mulher, sendo seu eixo de prevenção pautado em ações que visam desnaturalizar a violência cometida contra as mulheres, nos incita a analisar que a assistência nos casos de situação de violência que se configura como: “[...] o atendimento humanizado e qualificado àquelas em situação de violência por meio da formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação de serviços especializados [...]; e da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento [...]” (BRASIL, 2011a, p. 28).

³² Não é somente as DEAM'S que realizam este tipo de procedimento, as delegacias gerais, como em cidades do interior que não possuem instalação de uma delegacia especializada da mulher, como Miranorte, também realizam tais atividades, porém em seu quadro efetivo, os agentes geralmente são todos homens.

Desta forma, em nossa sociedade a violência é externalizada de diversas maneiras, sendo o machismo um dos fatores preponderantes. O machismo mata mulheres cotidianamente, configurando crime de feminicídio. Segundo dados da OMS, em 2015, o Mapa da Violência sobre homicídios entre o público feminino revelou que de 2003 a 2013 o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875, na mesma década. Foi registrado um aumento de 190,9% na vitimização de mulheres negras, índice que resulta da relação entre as taxas de mortalidade branca e negra. Para o mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. Do total de feminicídios³³ registrados em 2013, 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas (OMS, 2016).

Inúmeras pesquisas feitas com mulheres que procuram delegacias reafirmam a extensão e a gravidade do quadro de violências contras as mulheres no Brasil. As explicações para este terrível quadro remetem inevitavelmente a situação de desvalorização, subalternidade e exploração das mulheres em uma sociedade visivelmente capitalista e patriarcal (GROSSI, 1994, p. 477).

Por vezes, são as próprias mulheres que reproduzem os estereótipos, preconceitos e discriminações que incidem sobre todas nós. Muitas insistem em se referirem o gênero feminino como associado à delicadeza, sentimentalismo e dependência, como percebe-se na fala da dentista, que naturaliza tais construções como imutáveis, fragilizando assim sua permanência na sociedade de forma igualitária:

A mulher tendo tanta força e tantas tarefas, não deixa de ser mulher e nem frágil, somos sentimentalistas a mais que os homens, tipo assim ela é mais comovível, ela diante de certas situações se sobressai, o homem não tem tanto sentimento, não se comove, sei que é uma discriminação minha (risos), mas é isso, só que mesmo a gente nos mostrando forte, buscando, no fundo a gente é frágil, não tem jeito (DENTISTA, 2016).

Na odontologia o uso da força física aparece como critério de seleção pelo paciente, contudo a profissional observa que isso é um tipo de preconceito e

^{33 33} Podemos enfatizar casos de feminicídio no Brasil como de Ângela Diniz e Doca Street- assassinada em 1976 com tiros; Maria Celsa - Queimada pelo namorado; Eliane de Grammont- Morta pelo ex-marido em uma boate a tiros; Daniela Perez assassinada por um casal por ciúmes; Margot Proença- mãe da atriz Maitê Proença, assassinada pelo marido com 11 facadas; Eloá Pimentel- morta pelo ex-namorado Lindemberg a tiros; Eliza Samúdio morta em 2010 por Bruno, Goleiro do Flamengo; dentre outros. Disponível em: <<https://revistarelevo.wordpress.com/2014/12/26/casos-famosos-de-feminicidio-no-brasil/>> e SAFFIOTI (2004).

que a profissão exige conhecimento, competências e habilidades, que são adquiridas na formação acadêmica, suprimindo, assim, o uso da força física como fator que desqualifica mulheres nessa ocupação, que é integrante da área da saúde.

Lopes e Leal (2005) mencionam que nas áreas do cuidado, as mulheres penetram muito facilmente, pois são preparadas, desde a primeira infância, para o cuidar, limpar, serem cuidadas, organizadas. Quando chegam ao mercado de trabalho, o trabalho das mulheres é também associado às tarefas de cuidado, ressaltando as construções sociais que associam o trabalho feminino a trabalhos frágeis.

A divisão sexual do trabalho assenta-se em uma tipologia de trabalhador/trabalhadora. Portanto, é a noção de cuidado (de saúde à família), enquanto ação concebida como feminina e produto das “qualidades naturais” das mulheres, que fornece atributos e coerência ao seu exercício no espaço formal das relações de trabalho na saúde (LOPES, LEAL, 2005, p. 110).

A própria entrevistada esboça sua experiência diante das discriminações dos pacientes, mediante a mulher ser considerada isenta sem atributos de força, no entanto, deixa claro sua persistência na profissão, mostrando sua competência:

Quando você vai fazer um procedimento, aí a pessoa te olha como se você não tivesse força pra fazer isso ou aquilo, mas a pessoa não entende que na odontologia não é força, é jeito, é conhecimento, isso acontece mais com homens, tipo “você não tem força pra extrair um dente, tem que ter força”. Ligavam, marcavam, mas eram sistemáticos, no início, mas já estão se acostumando, quando eles vêm já é com indicação, e não aleatório, pois já tem 10 anos que moro aqui no Tocantins (DENTISTA, 2016).

Saffioti (2004) traz exemplos de sociedades em que a força não é levada em consideração, até porque em alguns aspectos ela não colabora com a sobrevivência da comunidade:

A divisão sexual do trabalho nas sociedades de caça e coleta não se explica pela maior força física do homem, pois há sociedades nas quais cabem as mulheres a caça da foca. Não se trata de pequeno animal, há que se agregar. Além disto, a foca é tão lisa quanto alguns políticos brasileiros e estrangeiros, (...) tais circunstâncias dificultam ainda mais a caça, uma vez que elas se tornam excessivamente escorregadias. Não obstante, são caçadas por mulheres. Logo, o argumento da força física não se sustenta (SAFFIOTI, 2004, p. 61)

A divisão sexual do trabalho nos incita analisar não somente os espaços ocupados pelas profissionais aqui pesquisadas, mas em outros espaços ocupacionais, como observa a dentista, que percebe que ainda existem ambientes tidos somente masculinos, como a área rural:

Às vezes tem coisas que eu gostaria de fazer, mas eu tenho limitações por ser mulher, por exemplo na minha área eu não sinto isso, mas eu tenho muito curiosidades de coisas da fazenda só que eu me sinto limitada neste sentido, pouca credibilidade sabe, você vai numa loja pegar um produto agrícola, por exemplo, a pessoa já te olha diferente, porque ali não é ambiente de mulher, de certa forma é uma discriminação, vamos pegar vacina, sal, pois meu pai passou uma fazenda pra gente “pros filhos”, e a gente tá coordenando, somos 4 mulheres e 3 homens, que na verdade meu pai acha que nos não sabemos lidar com isso, qualquer favor ele chama os irmãos (DENTISTA, 2016).

Muitos atos discriminatórios vistos na sociedade são naturalizados, fazendo uso da cultura e da tradição para reforço dos mecanismos de dominação. O conceito de gênero questiona a naturalização das desigualdades:

Os estudos de gênero só têm real valor à medida que, desnaturalizando as desigualdades, contribuam para uma efetiva transformação nas relações entre homens e mulheres, equalizando as relações. Neste caso, não se trata apenas de estudos que possibilitem a emergência de uma nova mulher, mas, de maneira simultânea, é preciso que os homens aceitem participar da construção de uma nova masculinidade (SILVA, 2008, p. 229).

A fala da motorista ressalta seu anseio por mais liberdade das mulheres: “Olha acho que a mulher tem que fazer o que ela quiser, cara, eu vejo tantas mulheres mandadas por homens e esses machos que acham que são melhores que nós, mas não são, dá pra ter uma relação boa sim, vamos mudar de atitude, de uns com os outros, porque isso daí só atrasa, sabe” (MOTORISTA DE CAMINHÃO, 2016).

Diante desta pesquisa, se pode analisar que as entrevistadas sempre trabalharam, mesmo em outras ocupações com rendas diminutas. Portanto, a inserção feminina é bastante conveniente do ponto de vista do capitalismo, que busca incessantemente por lucros que aumentem seu capital, tendo no trabalho feminino uma fonte de exploração do trabalho, salários reduzidos e trabalhadoras polivalentes e competentes.

Por fim, constatou-se que as mulheres têm alcançado cada vez mais notoriedade e espaço no mundo do trabalho como sujeitos de direitos, no entanto,

os resultados da pesquisa demonstram que as desigualdades entre os gêneros persistem no mercado de trabalho tocantinense. A pesquisa destaca que a busca por igualdade de direitos, de salários e tratamentos sociais sem discriminações e sem subalternidade deve permanecer viva e atuante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equidade de gênero nos instiga a discussão sobre a luta pela inserção, ampliação e efetivação de políticas mais igualitárias, tanto para homens quanto mulheres, considerando a raça, etnia, idade, classe, e etc. Tal análise atravessou questionamentos feministas incluindo a desconstrução de um pensamento conservador que, historicamente limitou as mulheres em determinadas atividades no mundo do trabalho pelo simples fato de serem mulheres.

É importante salientar que as mulheres são alvo de discriminações constantes, e o mundo do trabalho as produz e reproduz, levando-nos a pensar em como engendrar cada vez mais um desconstrutivismo nas discussões baseadas nas diferenças laborais de gênero, exploradas pela cultura machista, patriarcal e preconceituosa.

A iniciação por esse estudo representa um aprimoramento sobre a realidade feminina no mundo do trabalho a partir de experiências relatadas pelos próprios sujeitos participantes da prática profissional estudada nas cidades mencionadas, Miranorte, Miracema e Palmas do Tocantins. Tendo como objeto mulheres trabalhadoras que exercem profissões “consideradas” socialmente como masculinas, percebeu-se, através das entrevistas, que elas enfrentam constantemente as diferenças de classe, e de gênero no mundo do trabalho. A pesquisa resultou em compreender o cotidiano profissional das entrevistadas participantes desta pesquisa, abrindo questionamentos sobre a condição feminina diante de trabalhos tidos como masculinos e exercidos por elas.

As diferenças existentes entre os gêneros são resultantes das construções sociais, onde as perspectivas profissionais inerentes à atuação feminina permaneciam em restritas profissões, revelando assim a divisão sexual do trabalho referente à distribuição desigual de homens e mulheres no mundo de trabalho, nas profissões e na divisão desigual do trabalho doméstico.

Apesar de ocuparem postos de trabalho que são “considerados” socialmente como masculinos, e assim, romperem, de certa forma, com a rigidez da divisão sexual do trabalho, as entrevistadas reproduziram em suas falas posturas conservadoras quanto à construção do gênero feminino, relacionando à mulher ao mundo da afetividade, do sentimentalismo, da emotividade, vinculada à extensão dos papéis domésticos da mulher na sociedade e a valores associados ao feminino.

Os resultados da pesquisa demonstram que as desigualdades entre os gêneros persistem no mercado de trabalho e que as próprias entrevistadas não questionam a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero instaladas na sociedade, aceitando-as de forma naturalizada.

E o Serviço Social não está alheio a esse debate, trazendo em seu bojo a histórica feminização da profissão e das usuárias das políticas públicas, sobretudo da política de assistência social. “A perspectiva de análise de gênero possibilitou perceber que a subalternidade conferida às mulheres é resultado de uma construção social, portanto, histórica, e não de uma essência feminina (CISNE, 2012, p. 22).

As entrevistadas relatam que não presenciavam discriminações notórias e de grande impacto nas suas relações diárias no trabalho. No entanto, elas percebem algumas manifestações de machismo diante de suas atuações diárias e de assédio nos ambientes de trabalho, mas que não as impulsiona para mecanismos jurídicos, para o amparo das legislações.

De tal forma elas compreendem a situação de desigualdade da mulher na sociedade e as hierarquias de gênero, mas, mesmo assim assumem para si a responsabilidade de dupla jornada, não relatando a divisão de atividades domésticas com outras pessoas da casa. A dentista, por exemplo, naturaliza sua situação de poder ter a casa e o consultório do lado, para poder cuidar dos dois ambientes conjuntamente. A escritã também menciona que é bom ser mulher por poder “exercer várias atividades ao mesmo tempo”. As duas entrevistadas atribuem serem as responsáveis pelo cuidado do lar, conciliado com a profissão, pois elas mesmas tomam as decisões para manter a ordem doméstica, sem intervenção masculina.

Assim, as profissionais entrevistadas mantêm a articulação trabalho/família, conciliando o trabalho com a dupla jornada, sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Ou seja, além de profissionais inseridas no mercado de trabalho, algumas das entrevistadas reiteram o valor cultural de que o principal compromisso das mulheres é com a família, reproduzindo e naturalizando a divisão sexual do trabalho.

Nos dias atuais é impossível pensar o mundo do trabalho indissociável das relações de gênero. Além disso, a análise das relações de gênero “permite compreender as relações hierárquicas de poder que se estabelecem na sociedade entre homens e mulheres, o que possibilita uma visibilidade das desigualdades e das discriminações do trabalho feminino” (NEVES, 2012, p.15).

Desse modo, a sociedade e os próprios indivíduos articulados em educar, devem promover e inserir ensinamentos sem discriminar, perpetuar nas crianças, desde a primeira infância até a vida adulta, uma relação de equidade e respeito, atrelando assim a uma conceituação de igualdade que se inicie na socialização primária, estabelecendo um distanciamento desse enraizamento baseado na diferença e hierarquia entre os gêneros e que é transmitido de geração em geração.

Torna-se fundamental que mães, pais e responsáveis, profissionais da educação e de outras áreas “instrumentalizem uma postura crítica em relação aos processos de estigmatização que estão respaldados pela naturalização das diferenças.

”A escola precisa estar preparada para apresentar não uma verdade absoluta, mas sim uma reflexão que possibilite aos alunos e as alunas compreenderem as implicações éticas e políticas de diferentes posições sobre o tema e construam suas próprias opiniões nesse debate (CARRARA, 2009, p. 14 *apud* LACERDA, 2015, p.111).

Com a participação e interesse de diversos sujeitos da sociedade que buscam a igualdade entre homens e mulheres, questionando as diferenças construídas e não produzindo e reproduzindo as discriminações, é possível contribuir com uma sociedade mais justa, diminuindo o que se construiu como trabalho feminino e masculino, que culmina numa divisão sexual do trabalho hierárquica e desigual.

Não se pretende finalizar aqui essa discussão, mas ir além às inúmeras vertentes que nos incitam a continuar nesta temática, desde o debate com amigos e familiares, até a continuação da pesquisa científica, refletindo uma posição social menos submissa, entrelaçadas com outros sujeitos além do feminino. Por fim, pretende-se que o trabalho apresentado seja capaz de propor novos questionamentos sobre as desigualdades de gênero (re)produzidas no mundo do trabalho, bem como a continuidade destes estudos e debates pela pesquisadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus Ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo. Cortez/Unicamp, 11ª edição. 2006.

APRESENTADOR Milton Neves critica futebol feminino: “Não tem graça nenhuma” Correio 24 horas. 2016. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/single-olimpiada/noticia/apresentador-milton-neves-critica-futebol-feminino-nao-tem-graca-nenhuma/?cHash=95a88a72f8bc1b65bf0bd404d371c63d>>; Acesso em: 13/08/2016.

AUTO ESPORTE, 2008. **Postos sem frentistas são comuns na europa mas proibidos no brasil.** http://colunas.revistaautoesporte.globo.com/blogdaautoesporte/2008/07/15/postos-sem-frentistas-sao-comuns-na-europa-mas-proibidos-no-brasil-2/?doing_wp_cron=1487926846.8178570270538330078125> Acesso em: 24/02/2016.

BANDEIRA, Lourdes M. ALMEIDA, T.M.C.A. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Revista de Estudos Feministas**. Vol.23, nº.2. Florianópolis. 2015.

BENDASSOLLI, Pedro F. Reconhecimento no Trabalho: Perspectivas e Questões Contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 37-46, jan./mar. 2012. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/pe/v17n1/v17n1a04.pdf> Acesso em: 24/08/2016.

BEDIN, Gilmar A. CITTADINO, Gisele G. ARAÚJO, Florivaldo D. **Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito**. Florianópolis: CONPEDI, 2015.

BOLZAN, DÉBORA DE PAULA. **Eu nasci para ser assistente social**: o trabalho em serviço social, profissionalização, identidade e gênero. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2014.

_____. Trabalho emocional e gênero: dimensões do trabalho no Serviço Social. **Revista Em Pauta**, n. 36, v. 13, p. 104 -122, 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil, Poder Executivo, Distrito Federal, 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm> Acesso em: 13/07/2015.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de setembro de 1940.** Código Penal. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>; Acesso em: 15/10/2016.

BRASIL. **Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres.** Brasília: Secretaria de políticas para as mulheres, 2011a.

BRASIL. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra as mulheres.** Brasília: Secretaria de políticas para as mulheres. 2011b. 70 p.

BRUSCHINI, C; PUPPIN, A.B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. p. 105-138. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a06n121.pdf>> Acesso em: 13 de Julho de 2015

CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de gênero. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar.** Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, 1998. p. 142-150.

CASTANHEIRA, Dayele Ribeiro de Castro. **Violência doméstica contra a mulher e gênero: atuação da Deam no atendimento à mulher em situação de violência em Miracema do Tocantins.** Universidade Federal do Tocantins, 2016.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social.** 1ª ed. São Paulo. Outras expressões, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **3 anos de conquista no enfrentamento à violência contra a mulher.** Brasília, 7 de agosto de 2009.

CONVENÇÃO DE BELÉM PARÁ. **Mecanismo para acompanhamento da implantação da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher** – Convenção de Belém PARÁ/ Agende ações em gênero e Cidadania e Desenvolvimento – Brasília: AGENDE, 2004. Disponível em

<http://www.artemis.org.br/wp-content/uploads/2013/11/revista-convencao-belem-do-para.pdf> acessado em 20 de Novembro de 2016.

CRAVEIRO. Adriéli V. MACHADO. Jéssica G.V.C. A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social: uma discussão em torna desta questão. **Anais II Simpósio Gênero e políticas públicas**. Universidade Estadual de Londrina, 2011.

DEAMS. **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres**. 25 anos de conquista. Edição atualizada. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/lei-maria-da-penha/lei-maria-da-penha/norma-tecnica-de-padronizacao-das-deams-.pdf>> Acesso em: 30/10/2016.

DESIGUALDADE salarial entre homens e mulheres cai em 10 anos. Portal Brasil. Cidadania e Justiça, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-cai-em-10-anos>> Acesso em: 30/10/2016.

DINIZ. Maria I. Assédio moral e sexual como violência sexista no cotidiano das trabalhadoras. **VII jornada Internacional de Políticas Públicas**. 2015.

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo**. Perspectivas, São Paulo, 3: 81-85, 1980.

FRENTISTA Mulher – Sensibilidade em sua revenda. **Revista Petro**, 2013. Disponível em: <<https://www.brasilpostos.com.br/noticias/frentistas/frentista-mulher-sensibilidade-em-sua-revenda/>> Acesso: 24/02/2016.

GALETTI, Camila Carolina H. **Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

GOLÇALVES. Andréa Lisly. **história & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 160 p.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Trabalho e gênero: aportes para o debate da questão social**. Textos e contextos. Porto Alegre, v. 10, n.2. p. 244-254, 2011.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas / Velhas violências contra a mulher no Brasil. In: **Estudos Feministas** 1994. Disponível em <miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/16179-49803-1-PB.pdf> Acessado em 10 de julho de 2016.

GUARNIERI, Tathiana Haddad. “Os direitos das mulheres no contexto internacional da criação da ONU (1945) à Conferencia de Beijing (1995)”. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, n. 8, 2010. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br>. Acesso em: 28 de novembro 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. -10 ed.- São Paulo: Cortez; CELATS,1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego**. MPE. 2012.

HIRATA, Helena. Globalização, Trabalho e Gênero. **Revista Pol. Públ.**, v. 9, n. 1, jul./dez. 2005

_____. KERGOAT. Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, 2007. p. 595-609.

LEITE, Christina Larroudé de Paula. **Mulheres: muito além do teto de vidro**. São Paulo: Atlas, 1994.

JUS TOCANTINS. É preciso falar de gênero e diversidade na escola, sustenta Defensora Pública. 2016. Disponível em: <http://www.justocantins.com.br/noticias-do-estado-33067-e-preciso-falar-de-genero-e-diversidade-na-escola-sustenta-defensora-publica.html> Acesso: 24/02/2016.

LESSA Sérgio, TONET Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2ª ed. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2011.

LOCATELLI, Patrícia A. BRUNETTA Nádia. OLIVEIRA, Luana. PICCININI, Valéria. **Mulheres na polícia civil: um olhar sobre as relações de gênero e identidade**. Gestão contemporânea, Porto Alegre, 2013.

LOMBARDI, Maria Rosa. **Um mercado de trabalho cada vez mais feminino.** Difusão de Ideias. Fundação Carlos Chagas, outubro/2007. Disponível em: http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/difusaoideias/pdf/entrevista_mercado_mais_feminino.pdf> Acessado em: 29 Nov. 2016.

LOPES. Marta J. M. LEAL. Sandra M.C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cadernos Pagu**, nº 24, janeiro-junho de 2005, pp.105-125. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a06.pdf>> Acesso em: 25/07/2016.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª edição. Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 1997.

MAGALHAES, Belmira. SILVA, Geice. **Capitalismo, Trabalho, Gênero e Educação.** PIBIC-CNPq . UFAL, Alagoas. 2008.

MANZINI, E.J. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos. 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais**, Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN: 85-98623-01-6. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/lsipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>> Acesso em: 29/07/2015.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1999.

MERCUCCI, Lorena. **Assédio moral e relações de gênero no trabalho.** Instituto gênese. Palmas do Tocantins, 2010.

MULHERES se reúnem em conferência na luta pela igualdade de gênero e de direitos. Governo do Tocantins. Cidadania e Justiça. 2016. Disponível em: <<http://cidadaniaejustica.to.gov.br/noticia/2016/2/15/mulheres-se-reunem-em-conferencia-na-luta-pela-igualdade-de-genero-e-de-direitos/>> Aceso em: 05/11/2016.

NASCIMENTO. Sara Diniz. **Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho.** São Luís. R. Pol. Públ. Número Especial, p. 339-346, novembro de 2016.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho feminino, flexibilidade e qualificação.** *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, v.21, n.2, p.11-28, mai./ago.2012.

NOGUEIRA, C. M. **A positividade e a negatividade das metamorfoses no mundo do trabalho para a mulher**, Belo Horizonte – MG, 2011.

_____, (2010) As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**. volume 3, número 2, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1231>> Acesso em: 13/08/2016.

NOVOS Projetos de Pesquisa e Extensão do Núcleo de Sexualidade Corporalidade Direitos. Núcleo de Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidade e Direitos. 2013. Disponível em: <<https://nucleosexualidadeuft.wordpress.com/2013/09/12/novos-projetos-de-pesquisa-e-extensao-do-nucleo-de-sexualidade-corporalidade-direitos/>> Acesso em: 13/08/2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios** /. - Brasília: OIT, 2010.

PARADA, Marli. **Cartilha sobre violência contra a mulher**. OAB-SP: Coordenadoria da Violência contra a mulher. 2009. 49 p.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

QUATRO RODAS. **Você sabia que todo posto de combustível é obrigado a ter frentistas no Brasil?** 2015. Disponível em: <<http://quatorrodas.abril.com.br/noticias/voce-sabia-que-todo-posto-de-combustivel-e-obrigado-a-ter-frentistas-no-brasil/>> Acesso em: 24/02/2016.

REBELO, Francine. Seminário Internacional fazendo gênero 10. **Mulheres motoristas de caminhão: viajando pelos arranjos familiares**. Florianópolis, 2013.

SAFFIOTI, H. B. (1987) **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____, (2004). **Gênero, Patriarcado, Violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Yumi G. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. **Cadernos Pagu** (27), julho-dezembro de 2006: pp.401-426

SCOTT, Joan. "**Gênero**: uma categoria útil de análise histórica". In: *Sexo e a política da História*. Nova York, Columbia University Press, 1988, p. 42-44. Tradução de Bete Suh.

SEGNINI, L. R.P. **Relação de gênero no trabalho bancário informatizado**. Cadernos Pagu, São Paulo, v.10, p.147-168, 1998.

SILVA. Tânia Maria Gomes. **Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil**. **Politeia**: História e Sociedade, volume 8, nº 1. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/276>> Acesso em: 24/09/2016.

SINA, A. **Mulher e trabalho**: O desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade. São Paulo: Saraiva, 2005.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes sociais no Brasil**: um estudo a partir das Pnads. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2012.

SOUZA, Elaine Silva. **A "Maquiagem" do trabalho formal**: Um estudo do trabalho das mulheres terceirizadas no setor de limpeza na Universidade Federal da Bahia. III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero: Associativismo, profissões e políticas. Salvador, 2010.

SOUZA, Lídio de. CORTEZ, Miriam Beccheri. A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. Scielo Brasil, **Rev. Adm. Pública** vol.48 n.3. Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA. Elisangela S. SANTOS. Sylvania P. Mulheres no mercado de trabalho: um estudo com estudantes universitários do curso de administração de uma faculdade particular de São Paulo (SP). **Revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós**, nº 3, maio de 2014.

SOUZA, Osmar M. DOMINGUES, Analéia. Emancipação Política e Humana em Marx: Alguns apontamentos. **Revista eletrônica arma da crítica**. Nº 4, 2012.

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a categoria Mulher**. Campinas, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TORNQUIST, Carmen S.FLEISCHER, Soraya R. Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria. **Rev. Estud. Fem.** vol.20 no.1 Florianópolis. Apr. 2012.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA/TO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Pesquisa: **Como tem se dado a inserção das mulheres em profissões “consideradas” masculinas no estado do Tocantins em 2016?**

Bloco I- Caracterização Sociocultural

1. Nome:
2. Data de Nascimento:
3. Cidade onde nasceu:
4. Exerce atividade remunerada?
5. Renda Individual:
 - () Menos de 1 salário
 - () Entre 1 e 3 salários
 - () Entre 4 e 7 salários
 - () Mais de 7 salários
 - () Sem remuneração
6. ‘
7. Participa de algum grupo coletivo, movimento social, associação, Ong, partido político?

Bloco II Dados da Escolarização

8. Grau de escolaridade?
 - () Analfabeto
 - () 1ª a 4ª série incompleta do Ensino Fundamental
 - () 4ª série completa do Ensino Fundamental

- () 5ª a 8ª série incompleta do Ensino Fundamental
- () Ensino Fundamental completo
- () Ensino Médio incompleto
- () Ensino Médio completo
- () Educação Superior incompleta
- () Educação Superior completa
- () Pós-Graduação

9. Onde cursou a Educação Básica? Pública ou Privada? Regular ou Supletivo?
Qual cidade?

Bloco III- Opinião sobre seu gênero (ou sexo)

- 10. O que é ser mulher pra você?
- 11. Em que momento(s) se sente uma?
- 12. Acha que o fato de ser mulher lhe prejudica em alguma coisa?
- 13. Em sua opinião, quais as melhores e piores coisas em ser do sexo feminino?
- 14. Diga-me o que mais lhe surpreende em ser mulher na atual sociedade?

Bloco IV- Mercado de Trabalho

- 15. Com que idade começou a trabalhar?
- 16. Como iniciou sua experiência de trabalho?
- 17. Qual a (as) sua(s) profissão (ões)?
- 18. Por qual razão a escolheu?
- 19. Como a sua família lidou com as escolhas que fez?
- 20. Você teve alguma dificuldade para se inserir no Mercado de Trabalho?
- 21. Enfrenta ou Enfrentou alguma discriminação no ambiente de trabalho?
- 22. Você vivência as desigualdades contra as mulheres diariamente?
- 23. No seu trabalho, como os homens tratam as mulheres?
- 24. Como você vê a relação com os/as demais colegas de trabalho?
- 25. Como você avalia a relação com o/a patrão/chefe, se houver?

Bloco V - Violações

- 26. Como você percebe a situação da mulher diante das desigualdades no trabalho na atual sociedade?

27. Sofreu algum tipo de agressão física, sexual, psicológica, ameaça chantagem ou extorsão motivada por colegas de trabalho? Em quais espaços?
28. Como você percebe a relação entre os gêneros no ambiente de trabalho?
29. As mulheres no seu trabalho são respeitadas?
30. Sofreu algum tipo constrangimento ou discriminação em público ou privado dos colegas de trabalho por ser mulher exercendo aquela determinada profissão? Quais?
31. Você conhece as legislações que proíbe qualquer forma de discriminações e preconceitos contra as mulheres? Você as utiliza?
32. Primeira coisa que faria para a posição social das mulheres serem melhores?
33. Gostaria de acrescentar algo que não foi abordado na entrevista?

APÊNDICE B- TCLE ENTREVISTAS
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar a participação voluntária na pesquisa que tem por título: “*Gênero e Trabalho no Tocantins: Mulheres exercendo profissões “consideradas masculinas”*”. Que será realizada em Miranorte, Miracema e Palmas do Tocantins, com o objetivo de investigar as relações de gênero no mundo do trabalho, a partir de entrevistas às mulheres que exercem profissões até então “consideradas” masculinas.

Esta pesquisa será desenvolvida pela acadêmica Fernanda da Silva Oliveira sob orientação acadêmica da Prof^a. **Msc. Débora de Paula Bolzan**, como requisito da disciplina de trabalho de conclusão de curso II, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. A pesquisadora compromete-se a explicitar adequadamente qualquer dúvida no momento da pesquisa ou posteriormente, por meio dos contatos: (63) 984679127 e/ou; ainda via e-mail: fhervida@hotmail.com.

Será utilizado um roteiro de entrevista com perguntas semiestruturadas, tendo duração aproximada de 01 (uma) hora e será devidamente gravada. Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos (as) participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou dano à pessoa entrevistada. Se no decorrer da pesquisa o (a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade e autonomia de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, entendendo que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na pesquisa; poderei retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto me traga qualquer prejuízo poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta pesquisa; que fui devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa. Permito a gravação de minha entrevista, que será transcrita, lida e utilizada na referida pesquisa de forma integral ou em partes, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. As informações são de responsabilidade do pesquisador. Abdico direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevendo o presente termo.

Após ter sido devidamente informado/a e esclarecido/a de todos os aspectos desta pesquisa, eu _____
concordo em participar desta pesquisa.

Fernanda da Silva Oliveira
(Assinatura da Pesquisadora)

Assinatura do/a Participante e Data ____/____/____